

A FORMAÇÃO DO INFORMADOR

Luís Milanesi

Resumo

Apresenta uma seqüência de fatos condensados, em três décadas, e ainda pouco estudados que exige o repensar do fazer profissional da Biblioteconomia e se procure um lugar para ela, mesmo que seja preciso recriá-la. Reflete sobre a formação tradicional do bibliotecário e a necessidade de formar profissionais que sejam necessários à sociedade e preparados para atuar em áreas distintas face a diversidade de públicos e quadros sociais. Aponta para a necessidade das instituições formadoras realizarem pesquisa das necessidades e das demandas reais por meio de um constante mapeamento da sociedade para detectar as suas carências de informação, os quadros seculares de misérias em todos os segmentos, da educação fundamental às áreas de especialização. Propõe um novo formato para formação de profissionais competentes e críticos.

Palavras-Chave

Ensino de Biblioteconomia; Formação do Profissional Bibliotecário; Perfil e Atuação Profissional

1 UM XEQUE-MATE NA BIBLIOTECONOMIA

Se em 1253 um sábio europeu percorria dezenas, centenas de quilômetros a pé ou no lombo de animal por estradas precárias, perigosas, em busca de um manus-

crita onde pudesse encontrar respostas para as suas dúvidas, em 2001 um estudante japonês ou brasileiro, frente ao computador, em sua casa e integrado à rede mundial, seria soterrado por mais de 500 bilhões de documentos disponíveis na web. Se a oferta de informações durante séculos pouco foi alterada, em alguns anos en-

tre o final do Século XX e o início do XXI, comparativamente, aumentou de tal forma que o problema não é mais a falta, mas de excesso de informação.

Um estudo da Universidade da Califórnia em Berkeley, desenvolvido pela School of Information Management Systems, divulgado intensamente, inclusive por jornais brasileiros diários, trouxe dados que aprofundaram as dúvidas relativas à formação do profissional que se denomina, legalmente, “bibliotecário”. Nesse estudo, no ano 2000 – que já está distante não no tempo, mas no desenvolvimento tecnológico – o mundo produziu cerca de três exabytes de novas informações. Um exabyte equivale a um quintilhão de bytes. Se esse volume de informação fosse dividido pelo número total de habitantes do planeta cada pessoa teria direito à posse do conteúdo de, aproximadamente, 500 livros. Isso significa que nesses últimos anos foram criadas mais informações do que em toda história. E esse volume dobra a cada ano. É preciso ressaltar, conforme um dos dados do estudo, que a informação impressa corresponde a menos de 10% do total.

Esses dados foram obtidos de uma outra situação social e não se aplicam ao grande Brasil onde o problema é mais elementar: a educação básica que ainda não foi resolvida. No entanto, sendo o fenômeno global, é uma questão de tempo tê-lo presente com todo impacto que traz. Aliás, no Brasil, tão heterogêneo e diversificado, já é possível observar que uma parte significativa dos estudantes busca a internet como caminho primeiro e único para elaborar as suas pesquisas escolares.

De imediato assoma a pergunta: qual o profissional que está preparado para enfrentar esse novo quadro? Como encarar a pródiga produção de novas possibilidades de armazenamento e da criação de instru-

mentos refinados de busca? O bibliotecário até pouco tempo ainda manobrava o seu catálogo artesanal para traduzir o acervo localizado no espaço físico onde exercitava a sua precisão, disciplina e poder. Com a avalanche tecnológica que acelerou o relógio da humanidade a reciclagem passou a ser uma exigência indispensável aos profissionais que se querem atualizados. A tecnologia da informação centrada no computador, redes e periféricos não serviu, apenas, para acelerar os velhos processos, mas mudá-los.

As invenções só têm sentido pela dimensão de utilidade que mostram ter a curto ou a longo prazos. Se a informática está alterando o cotidiano das pessoas é porque elas percebem as suas vantagens e tratam de dominar as máquinas. É um paradoxo, mas o bibliotecário não foi o primeiro profissional a se apossar das novas tecnologias de informação – como poderia se esperar. Se o novo profissional não estiver no comando do uso das novas máquinas, estará sem a possibilidade de indicar direções para elas. É o que ocorreu: o bibliotecário em seu perfil mais comum ficou alijado do uso dos instrumentos de informação. E se o profissional em seu ambiente de trabalho não pôde dispor de tecnologia atualizada, as instituições formadoras muito menos. Portanto, o perfil do profissional formado a partir das duas últimas décadas do século XX não podia corresponder às necessidades. Houve distanciamento entre o profissional da informação e a tecnologia da informação. Os espaços vazios foram sendo ocupados por profissionais com outras habilitações que não a Biblioteconomia(1).

(1) Vários cursos que formavam bibliotecários passaram a ter outro nome. Aqui se usa o termo Biblioteconomia porque foi assim que surgiu como profissão legalizada e como área do conhecimento alçada à categoria superior no ensino.

A partir de 1960, 70, previa-se para a profissão um caminho seguro, pois a sociedade, progressivamente, dependia da informação não só para se desenvolver, mas até mesmo para garantir a sua própria sobrevivência. A ignorância, em todas as suas formas, passou a ser considerada como uma das travas que impediriam não apenas o desenvolvimento econômico-social, mas também o crescimento do indivíduo como cidadão conhecedor de seus direitos e deveres. Os centros de informação especializados, em áreas diminutas e profundas do conhecimento, garantiam que a independência econômica do País só poderia ocorrer pelo domínio das informações estratégicas. Havia, portanto, apoio a programas nacionais de controle da produção científica e de seu componente paralelo: o controle informacional. Isso significava uma predisposição para transformar a Biblioteconomia numa poderosa alavanca de desenvolvimento científico e tecnológico.

Os que cursaram Biblioteconomia a partir dos anos 70 ficaram sabendo com toda clareza que as áreas dedicadas à ciência e tecnologia, com destaque, eram fundamentais. Na época traçavam-se vastos projetos desenvolvimentistas. Particularmente, nas duas décadas de regime militar essa política foi acionada com vigor. Os generais mostraram-se sensíveis à idéia de um crescimento econômico calçado numa universidade forte que daria resposta aos desafios científicos e faria o País competir com as grandes potências. O incremento das pesquisas nas universidades seria decisivo na busca de patamares mais altos de produção tecnológica e ser a redenção de um país pobre que não tinha fôlego para aproximar-se dos mais desenvolvidos. Os “tigres asiáticos” da época mostravam ser possível crescer e isso era visto pela exuberância tecnológica que exibiam. Esses países, no entanto, investiram numa base educacional sólida sem a qual não

poderia haver desenvolvimento científico. Parece que essa evidência não foi levada em consideração no Brasil como se os brasileiros pudessem queimar etapas e chegar ao desenvolvimento científico e tecnológico sem garantir uma formação básica de qualidade. Talvez por essa sofreguidão estatal, a informação científica assumiu a vanguarda. À deriva ficou a informação no âmbito das escolas de primeiro e segundo graus, a base.

O reflexo dessa política nas instituições formadoras de bibliotecários foi a valorização da “biblioteca especializada” e a despreocupação com a “biblioteca escolar” vista como menor e incapaz de garantir um bom emprego. A prioridade estava na especialização necessária ao almejado desenvolvimento científico e tecnológico. E este só poderia acontecer pela posse e controle das informações geradoras de novos conhecimentos. Foi o período em que as universidades e instituições de fomento à pesquisa viveram tempos de vacas gordas. A política de proteção à indústria brasileira que se alimentaria das pesquisas científicas, prescindindo dos avanços da ciência e tecnologia de outros países, juntaria os cientistas locais aos bibliotecários no esforço de encontrar os melhores caminhos para competir com os países desenvolvidos. Um exemplo claro e elucidativo disso foi a barreira que se levantou para impedir a importação de equipamentos de informática, supondo-se que o País seria capaz de produzir o necessário para as suas necessidades. Foram anos de atraso, uma vez que a indústria nacional não superava a distância cada vez maior entre a produção periférica do país pobre e o avanço rápido das grandes potências. Sem ultrapassar esse abismo e tendo as suas portas fechadas para as importações, o Brasil viveu em permanente descompasso com o mundo que ele desejava ser. Assim, nem foi superado o atraso tecnológico e nem se

cuidou adequadamente do ensino básico, esse que garantiria a consistência de uma política de desenvolvimento técnico-científico.

Mas enquanto durou a crença na possibilidade de desenvolvimento tecnológico autônomo acreditou-se nas bibliotecas e centros de documentação como uma necessidade que exigia resposta inadiável. E no bojo desse esforço pela autonomia a ser alcançada pelos cientistas e tecnólogos destacavam-se, com ares futuristas, a Biblioteconomia e Documentação como as áreas onde estavam os instrumentos sem os quais o projeto nacional não teria como se firmar. Essa Biblioteconomia com *mainframes* passou a ser *sine qua non* do desenvolvimento nacional.

A partir do início dos anos oitenta, firmou-se no período pós-militar a idéia seminal da “democratização da informação”, sendo gerado dela os programas que buscavam garantir a cada cidadão o conhecimento necessário para a sua inclusão na sociedade. Isso motivou uma série de iniciativas ligadas à biblioteca pública, ainda que essa, ao lado da biblioteca escolar, nunca tenha superado os diagnósticos e prognósticos negativos que faziam dela.

De qualquer forma, havia um vasto espaço para a Biblioteconomia como imprescindível alavanca da sociedade para a busca de seus próprios caminhos – mesmo que já se apresentasse multifacetada e com problemas de identidade. Mesmo assim, nas três últimas décadas do Século XX era vista como uma profissão não apenas imprescindível para a sociedade, mas promissora para os indivíduos que fizessem dela a sua opção.

No entanto, esse prognóstico otimista começou a apresentar fissuras. O aumento da distância entre o mundo da informática

e o da Biblioteconomia – um paradoxo difícil de entender e de se aceitar – afastou, de vez, a Biblioteconomia de seu próprio campo: a informação. Os bibliotecários do final do Século XX, alarmados pela invasão de outros profissionais em seus centenários domínios prenderam-se a uma legislação que lhes garantiria o exercício da profissão em detrimento de outros profissionais – mesmo que fossem muito mais competentes na tarefa de gerenciar informações. Procurou-se no antigo corporativismo a garantia de preservação e crescimento da profissão. Ao invés de abrir diálogo e estabelecer parcerias com outros especialistas para a troca de experiências, o bibliotecário lançou-se à operosa tarefa de erguer muros para evitar que intrusos pisassem o seu solo sagrado definido por ele próprio como “da informação”. Em outras palavras, procurou-se a competência profissional pela lei e não pelo esforço competente.

No entanto, já nos últimos anos do Século XX a inquietação veio à tona, pois tornava-se impossível tapar o sol com a peneira: a Biblioteconomia praticada distanciava-se cada vez mais do complexo universo da informação. O fim da profissão passou a ser esboçada na linha de um horizonte próximo. O domínio do computador cresceu mais na sociedade em geral do que nas bibliotecas em particular. Qualquer garoto da classe média já podia não só consultar um banco de dados como criá-lo, enquanto a maioria dos bibliotecários, atada a antigas práticas tornava-se anacrônica e frágil, sem mesmo sustentar a velha dignidade que o domínio das fichas lhe dava. O instrumento mais poderoso de armazenamento e organização das informações, o computador, ficou à margem das bibliotecas e do ensino da Biblioteconomia. Sem uma política forte de fortalecimento dos serviços de informação como necessário à autonomia da produção industrial, sem maiores estímulos, biblioteca e informação

foram se afastando a tal ponto que, acreditou-se não haver relações entre ambas. O bibliotecário viu as suas antigas práticas perderem a função, o seu espaço ser invadido e ficou sem saber o que pôr no lugar.

Essa seqüência de fatos condensados, em três décadas, e ainda pouco estudada exige que se repense o fazer profissional da Biblioteconomia e se procure um lugar para ela, mesmo que seja preciso recriá-la.

2 BIBLIOTECÁRIO/INFORMADOR

Aquele que presta informações profissionalmente, o sujeito que junta e organiza as respostas em vista das prováveis indagações pode ser identificado como “informador”. Essa atividade cresceu no transcorrer do Século XX porque na medida em que tanto o cientista quanto o homem pouco diferenciado da multidão queriam saber, aquele muito mais do que este, a ação de especialistas em achar o desejado e o necessário passou a ser imprescindível. Quanto mais informação o especialista recebia, mais as combinava, produzindo novos conhecimentos numa cadeia crescente e cada vez mais rápida.

Se nos Século XIX e nas primeiras décadas do Século XX a organização das informações não ia muito além da ordem dada a um acervo, tarefa muito bem executada pelos bibliotecários, nas três últimas décadas a situação tornou-se muito mais complexa para esse profissional. Esse profissional durante séculos foi o atento zelador das coleções de livros das quais conhecia todos os mistérios. Esse profissional carregou o estigma, que está em seu nome, de organizador de volumes nas estantes e administrador de empréstimos ou consultas. Tinha ele a chave da porta que abria a poucos o conhecimento.

O especialista, esse que dedicava as suas teses a bibliotecários, pois não poderia deixar de tê-los a seu lado, passou a adquirir uma certa autonomia. Um cientista com menos de 40 anos, dificilmente, encontra motivo para pesquisar em acervos bibliográficos. O sujeito que procura informação tornou-se, cada vez mais, independente na busca, usando as ferramentas que os computadores em rede propiciam. O catálogo e o acervo estão em seu escritório, no computador conectado a milhares de outros. Esse cientista não só tem ao alcance dos dedos o que precisa, como pode trocar arquivos e idéias com outros interessados no mesmo assunto. Ele dispõe de serviços de informação ligados a centros de excelências, podendo, de maneira rápida e completa, atualizar-se.

Uma pergunta óbvia que poderia ser feita: quem seria o “arquiteto da informação” que modela um banco de dados e o dispõe na internet? Responder que seria o bibliotecário atualizado seria lógico. Mas não é o que ocorre. De um modo geral, ele ficou à margem, tendo ele próprio, talvez, até dificuldades para ser usuário de serviços de informação na internet. Em algum momento iniciou-se uma separação de águas, tornando-se a Biblioteconomia mais um afluente secundário no vasto campo da informação.

No Século XX, progressivamente, três fenômenos ocorreram, abalando séculos da rotina bibliotecária. O primeiro trouxe, ao lado da escrita – o livro – outras formas de expressar idéias e sentimentos: as imagens e os sons. Foi a reproduzibilidade industrial, iniciada pela imprensa de Gutenberg e, depois, ampliada para os audiovisuais, que provocou a inundação de documentos que, num momento, foi identificada como “caos bibliográfico”. O caos, de fato, foi além com a produção de gravações sonoras e filmes.

O segundo fenômeno foi a ruptura com o registro em suportes concretos e organizável como objetos físicos. O término da ação bibliotecária não se completava mais com a coleção rigorosamente organizada e pronta para ser utilizada pelos usuários. Um deles poderia solicitar uma informação que, necessariamente, não estava numa folha escrita, numa imagem ou numa gravação. “Como faço para obter a minha cédula de identidade?” Provavelmente ninguém descreveu os procedimentos para tal e publicou. Outras perguntas desse tipo poderiam ser feitas, obrigando o informador, se ele quisesse dar respostas a esse tipo de pergunta, a ir, necessariamente, além-registros: caberia a ele a tarefa de reunir vários dados e organizar um corpo de informações segundo a demanda e interesses do seu público. Esse tipo de serviço, vasto e complexo, cresceu e tende a crescer. No entanto, quem ocupou esse espaço foi a imprensa que presta serviços e que apresenta, diariamente, guias para todas as situações da vida cotidiana. Quando se deseja uma informação é previsível que o cidadão se dirija mais vezes a uma banca de jornal do que a uma biblioteca. Esse jornal que o cidadão leva sob o braço é a sua “biblioteca” portátil, a que suprirá as necessidades de informação. Convenhamos que é limitado, mas feito sob medida: o que ele quer é facilmente localizável. Em algum momento da história das bibliotecas públicas brasileiras discutiu-se o que foi denominado “informação utilitária”, mas isso não prosperou. Desse desafio de oferecer o que um determinado público quer e precisa, ao que consta, os bibliotecários pouco participaram.

O terceiro fenômeno foi a certeza de que não basta organizar a biblioteca-loja, mesmo que moderníssima, se não existe público. É fundamental que o informador conheça muito bem a qual público ou públicos se destina a sua atividade. A partir

disso, não apenas é possível atender a expectativa do público, mas criar expectativa. Aí se abre um vasto e complexo campo: a criação de demanda. Não mais estaria completa a atividade do bibliotecário se ele ficasse restrito aos usuários ou aos que usam os serviços. A preocupação deve ser com o seu público potencial. A maioria não usa e não é porque não precisa, mas simplesmente porque desconhece os caminhos para o uso. Tornava-se necessário dar um sentido social às informações, transformando-as em produtos utilizáveis pela sociedade como um instrumento essencial ao seu crescimento.

Esses três elementos – multiplicidade de suportes, informação como serviço para um determinado público e a criação da demanda informacional – seriam fatores de mudança do perfil profissional. Mais uma vez o profissional ateu-se ao rigor de suas regras organizatórias e deixou escapar o sentido mais amplo de sua função. Caberia a ele buscar as informações que o seu público precisa seja nos impressos, nas gravações ou nas imagens para formar o acervo, organizá-lo objetivando uma busca, rápida e precisa, para fornecer não só aquilo que o usuário pede, mas o que ele precisa. Nesse sentido, o bibliotecário, se houvesse a mutação necessária para acompanhar o tempo, seria um tradutor do saber (o seu universo de informações organizadas) para a vida (o meio onde atua com pessoas, história e circunstâncias). E a transformação constante da vida exigiria novas informações – numa relação permanente entre informação e mutação. Essa concepção não foi regra nas faculdades de Biblioteconomia e, havendo um descompasso entre a profissão e a sociedade, o bibliotecário deixou de ser, por definição, o arquiteto, o gerente da informação ou, simplesmente, o informador e se fixou durante décadas no Século XX como classificador e catalogador de livros. Não basta modernizar as técni-

cas, é necessário compreender o significado de informação e conhecimento para o meio onde o bibliotecário atua – seja um grupo de crianças ou uma comunidade de cientistas.

3 DA FICHA AO COMPUTADOR: EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE

Durante os quatro séculos de imprensa e o progressivo aumento de produção gráfica o desafio foi sempre o mesmo: organizar uma coleção e localizar uma obra dentro dela. O catálogo, com o seu aperfeiçoamento lento, resolvia o problema. Bastava ter paciência e tempo para percorrer várias bibliotecas, vários catálogos e quilômetros de estantes para poder juntar a informação perseguida. Posteriormente, pelas dificuldades de locomoção e tempo que se perdia nesse périplo, sentiu-se a necessidade de conhecer à distância o perfil das coleções. Progressivamente, o acervo isolado deixou de apaziguar os pesquisadores mais inquietos. A partir de um dado tema, procurava-se saber o que poderia existir em quaisquer bibliotecas do planeta. A grande produção bibliográfica e a fragmentação de temas dificultavam encontrar num único local, numa única biblioteca, o suficiente: era necessário juntar as partes para se ter a noção do todo. Não se perguntava mais o que um determinado acervo continha sobre um assunto, mas onde poderiam ser encontradas informações sobre esse assunto. Em outras palavras: não apenas se procurava saber se havia um título na coleção, mas o que existia sobre um determinado assunto em quaisquer coleções estivesse em Roma ou Lisboa.

A partir dos anos 20 do século XIX uma novidade extraordinária alterava todo panorama da informação e comunicação: a radiofonia. Com ela ocorreu a simultaneidade entre a emissão e a recepção, fato

esse profundamente revolucionário e que imprimiu uma velocidade espantosa à disseminação da informação. Num tempo em que a nova informação espalhava-se com a velocidade da composição tipográfica e do trem a recepção de um fala, a narração de um fato, de um jogo no mesmo momento em que aconteciam, provocou uma drástica mudança das formas de difusão de informações. No Brasil, a Rádio Nacional estava na Capital da República, mas o Brasil inteiro ouvia o Repórter Esso. Apesar dessas mudanças radicais, as bibliotecas continuaram imutáveis. Sabia-se que os proprietários de receptores acolhiam vizinhos para ouvir notícias, mas não há notícia do uso da radiofonia em bibliotecas. Como a preocupação estava centrada na coleção de livros e eles chegavam por navio, trem ou carroça a radiofonia passou ao largo e não se entendeu o quanto ela poderia ser um veículo público de informação.

Partindo da necessidade de inovações tecnológicas para o mercado, cientistas e tecnólogos passaram a depender, progressivamente, do acesso às informações. A idéia do “inventor”, aquele que descobriu ou criou algo na solidão de seu laboratório foi cedendo espaço para a criação coletiva, mesmo que os cientistas estivessem muito distantes uns dos outros. Se antes existia a figura do bibliotecário, homem sábio, leitor por definição, conhecedor de seu acervo, depois, sem que ele fosse substituído, surgiu a figura do “documentalista”, aquele que se dedicava a um determinado assunto, organizava as informações em seu âmbito para que todos os pesquisadores da área soubessem, exatamente, o que existia sobre o assunto e, mais importante, quais eram as novidades. Se em séculos o bibliotecário, isolado, bastava para resolver os problemas de acesso dos leitores aos livros, em poucas décadas foi preciso criar novas práticas para satisfazer as necessidades dos pesquisadores cada vez mais

especializados. A cooperação entre bibliotecas passou a ser uma necessidade. Ao lado da Biblioteconomia surgiu o termo Documentação – e muita controvérsia.

Bibliotecários e documentalistas faziam esforços para determinar as suas áreas de atuação, defendendo os seus espaços agressivamente como se fossem antagonísticos e não complementares. Aos bibliotecários cabia uma defesa intransigente de seu mundo construído em séculos; os adeptos da Documentação procuravam demonstrar que os instrumentos bibliotecários não mais respondiam às exigências do tempo. O que os documentalistas queriam dizer naquela época – no Brasil, a partir da década de 60 – tornou-se óbvio: as buscas não mais se restringiam ao catálogo de um acervo, mas buscavam tudo sobre um determinado tema fosse qual fosse o tipo de documento ou o local onde pudesse estar.

O termo “documentalista” não sufocou o “bibliotecário” e nem se fixou enquanto modalidade profissional. Permaneceu a ancestral denominação, mesmo que etimologicamente não se relacionasse mais com as necessidades e práticas informacionais das últimas décadas do século XX. À Biblioteconomia foram incorporadas práticas que os polêmicos documentalistas trouxeram, alterando em parte o perfil da profissão. Isso foi feito de forma tímida, sem a agressividade competitiva que se esperava do bibliotecário face aos novos perfis profissionais que rapidamente se definiam, aos avanços tecnológicos e às mudanças radicais que ocorriam em seu terreno.

Havendo incompatibilidade semântica entre a prática e a sua designação, os bibliotecários, com problemas de identidade, partiram em busca de uma que os conciliasse com os novos tempos. Entenderam, é isso foi refletido nos cursos de formação

profissional, que não eram mais, apenas, organizadores de acervos, mas deveriam administrar a informação de maneira ampla num século que, justamente, foi designado como “século da informação”. Ou o seu próprio século.

Como foi mencionado, as inovações científicas cresciam em progressão geométrica e o conhecimento, na medida em que se aprofundava, dividia-se em novas especializações, sempre exigindo o surgimento paralelo de profissionais capazes de conhecer e administrar as informações relativas a elas. Quanto mais rápido o desenvolvimento da ciência mais veloz deveria ser a resposta do profissional da informação. Na medida da segmentação do conhecimento, pedia-se um profissional diferenciado para múltiplos públicos e temas. Não só foram se definindo os tipos de bibliotecas – a pública, a escolar, a especializada – mas essa última fragmentava-se em especializações temáticas. Aos poucos, desaparecia o bibliotecário genérico conhecedor de algumas técnicas que permitiam a ele adaptar-se a qualquer área do conhecimento humano ou a públicos tão diferentes como a criança e o cientista. Para trabalhar no campo da informação médica ou numa especialização da medicina não bastava conhecer regras ou ter habilidade para organizar um serviço. Seria fundamental estar familiarizado com o tema. Nessa perspectiva parecia razoável a existência de bibliotecário, médico, engenheiro, biólogo, historiador... E foi muito mais fácil, por exemplo, ao especialista em DNA, conhecedor de informática, criar instrumentos de busca de informação nesse tema do que fazer um bibliotecário conhecer genética e o ácido desoxirribonucléico para poder organizar as informações produzidas pela e para a área. Essa especialização galopante e perturbadora foi simultânea ao desenvolvimento da informática – que, também, é uma especialização que se divide em várias ou-

tras.

Logo após a intensa disseminação do *personal computer* – ele já se equiparava a um eletro-doméstico sem, contudo, estar presente na maioria das bibliotecas – foi possível integrá-los em rede. Com isso foram criadas possibilidades novas e extraordinárias para o profissional da informação. Já não havia mais tempos diferentes entre a publicação e a recepção de publicações científicas fosse qual fosse a distância entre o emissor e o receptor. Nesse novo cenário da informação, à frente estavam os próprios pesquisadores. Eles sabiam identificar, com segurança, o exato assunto de um texto, o que permitia não só integrar um texto numa determinada organização como obter outros a partir do mesmo âmbito temático. O uso regular da informática aliado à familiaridade com o tema permitiu uma autonomia para o pesquisador que antes não era possível. Disso resultou o *self-service* informacional: quem precisa, pega sem esperar que seja servido. Não existem certezas sobre o perfil desses novos organizadores de bancos de dados na internet como instrumento poderoso de acesso rápido ao que se deseja, mas, ao que tudo indica, são os próprios especialistas com os conhecimentos necessários de informática ou aliados a especialistas em banco de dados.

Esse novo quadro foi motivo de incertezas, inclusive em relação ao perfil profissional do bibliotecário. Dessa busca por um espaço, da caça a uma identidade, surgiram novas designações para a velha Biblioteconomia, todas elas girando em torno da “informação”. Esse assunto tem sido discutido nas unidades formadoras de bibliotecários, tanto nas instituições isoladas quanto nas universidades. A situação não seria equacionada pela mudança de nomes dos cursos como ocorreu. A velha Biblioteconomia, semanticamente

desgastada, teve o seu nome alterado para “Ciência da Informação” sem que o seu conteúdo tivesse mudado. Da mesma forma, antigas disciplinas mudaram o rótulo, abandonando uma aparência não condizente com os novos tempos da informação.

4 PONTO DE PARTIDA: UMA IDÉIA DE UNIVERSIDADE

Não há muito a acrescentar ao que se escreveu sobre a universidade – notadamente Anísio Teixeira e Darci Ribeiro – além dos ajustes que o tempo determina. Os projetos que esses dois educadores fizeram de instituições de ensino superior ainda são matrizes inspiradoras. Não se sabe, com certeza, se os modelos eram muito avançados ou se os tempos brasileiros posteriores tiveram velocidade mais baixa. De qualquer forma, é preciso destacar aqui o essencial para que se tenha um ponto de partida para um esboço mínimo adequado à formação dos profissionais da informação. Ao que tudo indica, as formulações curriculares precedentes não tiveram essa preocupação.

A Biblioteconomia, mesmo sendo antiquíssima como prática, entrou para a universidade como área de conhecimento muito depois de seu início. No Brasil, isso ocorreu nos meados do Século XX. Um problema inicial: como transformar um punhado de técnicas em ensino superior? Como criar teorias a partir da assimilação de rotinas? Nas elaborações mentais para equiparar a Biblioteconomia a áreas como Matemática, Filosofia, Medicina, tentou-se, muitas vezes, torná-la “cultura”, apelando-se para as disciplinas ditas “culturais” sem que ocorresse a idéia básica de vincular esses estudos socioculturais à informação e à sociedade, principalmente ao meio para o qual eram formados os bibliotecários. Eram disciplinas complementares que desperta-

vam interesse menor. O conteúdo jamais cairia em concursos. Essas matérias “cultas” faziam contraste com as “técnicas”, pois nas primeiras – introdutórias e rasteiras – aprendia-se quase nada de tudo e nas segundas o aluno deveria dominar tudo do quase nada. O sustento dos currículos, a parte substancial deles, sempre ficou reservada às disciplinas técnicas – essas que sempre foram o motivo essencial da existência da Biblioteconomia.

Para pensar e propor projetos de formação de profissionais que administram informações é fundamental ter conhecimentos da situação nesse campo no país ou região onde esses projetos serão implantados. Em outras palavras, torna-se imprescindível saber o que temos e o que deveremos ter para se chegar ao nível que desejamos. A universidade é um instrumento criado pela sociedade para que dê respostas aos seus problemas – que ela própria detecta e antecipa. Para isso, 1) pesquisa e descobre as soluções imediatas ou que poderão ser úteis em longo prazo; 2) transfere os conhecimentos aos alunos, conduzindo-os ao domínio de uma área que permita a eles o exercício de uma atividade profissional; 3) estende à sociedade esse conhecimento para que ela faça o melhor uso dele. Em outras palavras, a universidade descobre e leva à população o conhecimento de acordo com as necessidades detectadas.

A instituição universitária em países pobres, mantida pelos recursos públicos, quase sempre aquém do imprescindível, deve, com rigor, perseguir as metas de servir a sociedade que a sustenta. Ela, nesse esforço, passa a ser a formadora da elite pensante e crítica de profissionais competentes e referenciais. Como instituição que vai muito além da formação de mão-de-obra para atender ao mercado de trabalho, ela estabelece novas necessidades, abre pos-

sibilidades de atuação, cria demandas profissionais. A universidade pública, livre de preocupações imediatas de alimentar o mercado com mão-de-obra barata, deve ser a formadora de profissionais de elite que se definem pela excelência de sua formação e capacidade de criticar e propor. Em outras palavras, é tarefa fundamental da universidade pública apontar novos cenários, indicar os problemas que são delineados e municiar a sociedade com as respostas. Ela, por definição, será a que está à frente do tempo e, por isso, terá a tarefa de construir o tempo.

Para projetar e implantar um curso formador de profissionais da informação é fundamental obter um conhecimento amplo e profundo da situação dos mecanismos informacionais disponíveis na sociedade. Pouco se conhece da situação das bibliotecas universitárias, públicas ou escolares; muito menos, ainda, se sabe o que ocorre nas corporações. Poucas pesquisas foram dedicadas à compreensão do panorama. O que se sabe é mais por suposição. Não existem dados confiáveis e, muito menos, interpretação deles. O resultado é a formatação de cursos que produzem um profissional cujo papel não foi determinado com clareza. Não se sabe qual função terá e a quem ele servirá.

Se a Biblioteconomia de outrora tivesse essa preocupação de adequar-se, rigorosamente à idéia de universidade e à sociedade onde ela se plantou, a trajetória da profissão seria outra. A prioridade dada à técnica, a insistência no treino das rotinas, quase nivelado ao adestramento, fizeram dos cursos de Biblioteconomia algo menor, quase sempre desprezado e sem expressão entre as outras áreas do conhecimento que as universidades abrigam. É preciso observar e interpretar o nascimento e morte desses cursos – exatamente num período em que a informação é, freqüentemente,

vista como “estratégica” para todos os setores da sociedade.

4.1 Técnicas x humanísticas, teoria x prática

Como foi visto, durante décadas, o ensino da Biblioteconomia dividia as disciplinas entre “técnicas” e “culturais”. Há duas hipóteses para explicar essa situação. A primeira indica que, ao sair de um simples treinamento para entrar na esfera do ensino superior, os cursos precisando de um perfil mais elevado, inclusive para atingir o número de horas regulamentares que as universidades, pela legislação, exigiam, recebeu o recheio de disciplinas como “Evolução do Pensamento Filosófico e Científico”. A segunda explicação aponta para um sincero desejo de obrigar o futuro bibliotecário a tomar conhecimento das disciplinas de caráter humanístico como a Filosofia e a História, uma vez que isso seria fundamental para o exercício da profissão.

O resultado foi uma justaposição de disciplinas aparentemente isoladas, entre as quais não seria possível construir pontes. As disciplinas “técnicas” eram centrais e as outras, meros acessórios que, se eliminadas, não fariam a menor diferença. A Biblioteconomia mostrava plenamente a sua ambigüidade: não ultrapassava o treinamento para execução de tarefas rotineiras das bibliotecas, mas exigia enquadrar-se no terceiro grau. O resultado disso foi o previsível: mesmo na universidade, ela permaneceu um curso técnico.

Atrás desse aparente conflito estava um outro, esse muito mais grave: o possível conflito entre a educação e o mero treinamento. Este, isolado, não teria sentido nos cursos superiores, pois em nada contribuiria para vincular o fazer e o pensar, o reproduzir e o criticar, a ação e a reflexão. As “técnicas” permitiriam a ele o exercício

da profissão. Mas permanecia o grande problema: vincular essas ações a uma série de outras para dar um sentido a elas. Classificar e catalogar são atividades que existem em função de algo e não se encerram em si – como muitas vezes acreditou-se. Nesse período de inquietação de uma Biblioteconomia “técnica”, as ações passaram a ser divididas entre aquelas que permitiam responder ao “como fazer?” e as outras que não respondiam ao “por que fazer?” As “técnicas” tocavam os limites do treinamento e se aproximavam do adestramento: um máximo de respostas com um mínimo de reflexão. Já as chamadas “culturais” não mostravam nenhum vínculo com o trabalho profissional e, portanto, não poderia fazer ponte entre o específico técnico e a cena social. Não havia, pode-se dizer, uma idéia para justificar as práticas. Apenas existia a prática e, ainda, quase elementar: bastava acionar uma série de regras e normas para ser um bibliotecário apto ao exercício da profissão.

É preciso destacar que o corpo docente dos cursos de Biblioteconomia sempre foi formado a partir de seleção de bons profissionais, esses conhecedores do “como fazer”. Nas salas de aula transferiam o que sabiam e que usavam com desenvoltura. E isso, por certo, ia ao encontro dos desejos implícitos ou explícitos dos discentes: eles desejavam o conhecimento técnico como salvo-conduto para aventurar-se pelo universo das bibliotecas visto como mercado de trabalho. Portanto, tudo que não fosse técnico correria o risco de ser inútil. Não havia pós-graduação no Brasil para formar mestres e doutores na área. A bibliografia sempre se mostrou frágil, refletindo o ensino das necessidades imediatas: quase nunca iam além de manuais técnicos. Outros textos, que não trouxessem as receitas e bulas não passavam de “filosofia” sem maior importância. No entanto, a partir da implantação dos cursos de pós-graduação na dé-

cada de 70, tornou-se necessário criar um corpo teórico-prático plenamente articulado em suas partes para dar um sentido à Biblioteconomia. Foi aí que se constatou a pobreza bibliográfica da Biblioteconomia, principalmente nas áreas que pudessem lhe dar substância política. Talvez a pós-graduação tenha sido a comprovação final da inviabilidade de manter a Biblioteconomia atrelada, exclusivamente, ao campo dos procedimentos técnicos.

No entanto, a situação nunca foi vista com clareza, preferindo-se formar aplicadores de procedimentos técnicos a profissionais críticos. Tal opção justificava-se pela necessidade de atender à demanda do mercado que, aliás, nunca esteve acima da capacidade dos cursos superiores de formarem bibliotecários. Discutia-se nos encontros de bibliotecários que, para atender a essa necessidade, seria necessário produzir profissionais que resolvessem os problemas e não se entregassem a devaneios filosóficos. “Resolver problemas” era equivalente a dominar os procedimentos técnicos para organizar acervo e serviços; e “devaneios filosóficos” aplicava-se a qualquer digressão crítica capaz de dar um sentido à ação antes de executá-la. Apesar de alguns avanços isolados, persistiu a ação técnica do “como fazer” como a mais importante da Biblioteconomia e, em várias faculdades, a única.

Parece um paradoxo, mas os estudos humanísticos dentro da Biblioteconomia foram, como regra, apêndices eruditos sem sentido para o exercício da profissão. No entanto, como humanismo e técnica não se opõem, mas se complementam, a esquizofrenia perdeu o sustento, principalmente depois que a universidade deu início à produção de mestres e doutores. Tornou-se claro que não tem sentido a separação das partes e toda a tentativa nesse sentido é potencialmente perigosa porque

aqueles que dominam as técnicas, mas desconhecem como aplicá-las à sociedade, é tão ou mais perigoso do que aqueles que, sendo humanistas, desconhecem os instrumentos técnicos da ação.

Num outro plano, estabelece-se outro antigo conflito: a teoria e a prática. Os cursos de Biblioteconomia, tradicionalmente, foram identificados como práticos. Afinal, o que se esperava de um bibliotecário era justamente a capacidade de organizar uma biblioteca. Não teria sentido criar teorias para a organização de um catálogo. As teorias, nessa perspectiva, seriam mesmo inúteis, fúteis. Os empregadores sempre buscaram aqueles que tivessem um desempenho profissional que respondessem à demanda que deles se esperava. Esse embate entre teoria e prática é genérico na universidade, mas na Biblioteconomia nunca motivou polêmicas geradoras de mudanças. Ela sempre foi vista e aceita como área com um forte predomínio prático. A pergunta “mas, existe curso superior para formar bibliotecários?” refletia essa percepção da ação profissional.

Os próprios concursos na área pública para a obtenção de vaga de trabalho, como foi dito, sempre procuraram detectar o nível de conhecimento que os candidatos poderiam ter das técnicas. Isso acabou chegando ao corpo discente. Alunos, notadamente aqueles já trabalhando em bibliotecas e querendo subsídios para uma atuação mais competitiva, não se entusiasmavam por disciplinas que não lhes oferecessem respostas para as suas necessidades imediatas. Novamente, faltou o exercício de inteligência que estabelece pontes entre as partes, revelando a incapacidade de ligar teoria e prática, bem como humanismo e técnica. Talvez, o problema esteja nos expositores das teorias: não encontrando as pontes que permitam o trânsito, permanecem isolados e, vistos pelos

olhos mais pragmáticos, inúteis. De qualquer forma, na Biblioteconomia, referir-se a alguém como “teórico”, sempre teve uma dimensão pejorativa.

A aplicação de respostas previamente determinadas, no entanto, nunca foi suficiente para estabelecer o bibliotecário como um profissional capaz de enfrentar novas situações e criar respostas a elas. Fora do manual, das regras, da rotina ele tem dificuldade para atuar. Em vários momentos da trajetória do ensino da Biblioteconomia no Brasil, perguntou-se se o curso, naquele formato, tinha um perfil que justificasse ser “superior”. Da forma como as disciplinas eram ministradas, a resposta seria negativa. Adequava-se mais ao perfil de um curso técnico do segundo grau.

Supondo que possa haver conflito sem possibilidade de conciliação entre a teoria e a prática, o que não é correto, a opção mais vantajosa em termos profissionais é a primeira. Quem é capaz de fazer análise e crítica de determinadas situações em termos de controle de informações e de suas relações com o público, saberá, sem maiores dificuldades, buscar as respostas na bibliografia e aplicar os instrumentos práticos para resolver esses problemas.

Em termos da carreira profissional, os que justificam a prática alegam que o recém formado que a desconhece terá muitas dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Mas aqueles que observam atentamente percebem que o bibliotecário que progride mais rápido na carreira e chega aos mais altos postos são aqueles que, não apenas mostram conhecimento prático, mas dominam o discurso analítico e crítico.

Uma decisiva pergunta pode ser feita: o profissional da informação é formado no campo das humanidades ou das ciências? A fragmentação do bibliotecário uno em

vários, como será visto, indica que há variações conforme o campo onde atua. De qualquer forma, a base humanística é imprescindível em qualquer situação.

4.2 Mercado x sociedade

A opção por uma carreira profissional, como regra, é feita pelo jovem de acordo com uma suposta garantia de boa colocação no mercado de trabalho: se há campo para uma atuação tranqüila e bem remunerada, a carreira se torna atraente para um número maior de jovens. As carreiras mais promissoras são mais procuradas, principalmente nas instituições públicas. Isso pode provocar uma acirrada disputa pelas vagas. Como o trabalho em bibliotecas nunca se caracterizou como opção fundamentada nas possibilidades pecuniárias, às vezes, existem mais vagas do que candidatos. A opção pela Biblioteconomia é feita por outras motivações. Uma delas, muito citada, é o gosto pela leitura ou o amor aos livros. Outra, não tantas vezes citadas, é a baixa competitividade na disputa pela vaga.

A Biblioteconomia, uma profissão não reconhecida pela sociedade como o é a Medicina ou a Engenharia, e, ainda, uma das que oferecem as mais baixas remunerações no mercado de trabalho, precisou obter perante a lei o reconhecimento de si própria e a criação da “reserva de mercado” para os diplomados nela. O corporativismo projetado na legislação assegurou aos egressos dos cursos de Biblioteconomia, e somente a eles, um lugar de atuação profissional no âmbito das bibliotecas e centros de documentação – isso desde que existissem vagas. Como o mercado de trabalho não é disputado pelos diplomas que se apresentam, mas pela competência demonstrada numa seleção para a obtenção de um emprego, a legislação “não pegou”. Isso quer dizer que o “exercício ilegal da profissão”, desde que a

lei foi promulgada, passou a ser praticada intensamente. Em contrapartida, a lei não chega a um vasto contingente de trabalhadores que, efetivamente, atua no campo da informação, ainda que isso não conste do currículo. Há como escapar dessa legislação, quando o empregador a conhece ou quando ela o assusta. Assim, uma variedade de trabalhos claramente situados no âmbito da coleta, organização e difusão de informação deixaram de ser “bibliotecas” ou “centros de documentação” e passaram a ser administrados por economistas, administradores de empresas, jornalistas, historiadores, etc. No âmbito das corporações existem atividades típicas dos profissionais da informação; o mesmo ocorre nos meios de comunicação e na internet onde são raros os bibliotecários. As bibliotecas de empresas, mais atrativas do ponto de vista financeiro, passaram a ter outras denominações como, por exemplo, centros ou serviços de informação. Ou evoluíram para “informação estratégica”, “gestão do conhecimento”, deixando ao largo os que se formaram em Biblioteconomia. Para esses espaços profissionais nem mesmo se procurou o bibliotecário, pois a ponte entre “informação” e “biblioteca” raramente era feita. Então, se por um lado havia uma legislação que procurava proteger os graduados, por outro existia os fatos reais que separavam o bibliotecário da informação.

Não é a legislação que conferirá importância a um desempenho profissional, mas o reconhecimento social que se tem dele. Precisa-se de um médico porque ele cura, de um engenheiro porque ele vai garantir a solidez da ponte. O bibliotecário não firmou a sua relevância para o meio onde atua. Ele pode ser substituído por qualquer trabalhador, inclusive com baixa escolaridade, como acontece na maioria dos casos. Esse conceito negativo da profissão não é produto apenas da ignorância do meio social, mas também do desempenho do pro-

fissional que, na prática, demonstrou não ser imprescindível nos muitos cenários onde atuou ou atua.

No exercício profissional, a força maior é o mercado. As instituições formadoras e, principalmente, os alunos sempre ficaram atentos a ele. No entanto, o que o mercado pede nem sempre é o que a sociedade precisa. É nessa perspectiva que as universidades públicas têm tarefas fundamentais. Uma dessas ações básicas é a pesquisa das necessidades e das demandas reais. Isso só poderá ocorrer por meio de um constante mapeamento da sociedade para detectar as suas carências de informação, os quadros seculares de misérias em todos os segmentos, da educação fundamental às áreas de especialização. Esse tipo de estudo ainda não foi feito no Brasil e tudo que se diz a respeito de bibliotecas ou, mais amplamente, de serviços de informação, são dados inconsistentes, conjecturas, conclusões impressionistas.

Há décadas são formados bibliotecários sem que se estabeleça uma relação entre eles e as necessidades porque, simplesmente, elas não são conhecidas. Tomando-se como exemplo a área mais delicada e estratégica – a informação no ensino fundamental – verifica-se que não há uma pesquisa consistente que mostre quantas escolas não têm bibliotecas, quantas existem e como são, o que representam no processo educacional, etc. Além disso, não se sabe quantas deveriam existir, como poderiam ser, que tipo de formação teria o profissional que nelas atuassem. A partir desse quadro de ignorância generalizada, não é possível que se saiba que e quantos bibliotecários formar para atender às necessidades do meio. Com a identificação e quantificação das carências, a universidade pública, pelas suas pesquisas, poderá indicar os caminhos para superá-las, dando respostas satisfatórias aos pro-

blemas que existem. Em outras palavras: é necessário que seja feito um diagnóstico para que se aplique a terapia mais correta.

Vistas pelo ângulo do mercado, as bibliotecas escolares não teriam espaço no ensino de Biblioteconomia porque não há uma demanda para esse tipo de atuação. E quando há, os salários são baixos. As instituições formadoras dão as costas para um profissional sem espaço. No âmbito do ensino privado e com fins lucrativos, essa postura até se explica. Como cobrar mensalidade de um futuro bibliotecário que, provavelmente, vai ter dificuldades para conseguir um emprego e se conseguir vai ganhar pouco? Sem alunos pagantes, essas instituições não têm como sobreviver. Já na universidade pública a preocupação excessiva com o mercado não apenas é incompreensível como se mostra perversa. Uma entidade mantida com recursos públicos tem o dever de formar profissionais que sejam necessários à sociedade. E se não há mercado para eles ou se os salários são baixos, é preciso reverter a situação. E quem fará isso não são os governadores, prefeitos ou deputados, mas os próprios profissionais, aqueles que receberam a melhor formação e têm competência e liderança para mudar a paisagem. O desafio maior não é produzir profissionais para ocupar as vagas do mercado, atendendo a uma demanda existente, mas formar aqueles que vão inventar as novas possibilidades de atender às necessidades.

5 O PERFIL PREVISÍVEL

Foram as mudanças tecnológicas – pequenos discos contendo um número gigantesco de informação e a rapidez para executar a rotina essencial: armazenar e recuperar – que provocaram na área da Biblioteconomia um justificado alvoroço. Numa visão apocalíptica, acreditou-se que

a profissão esgotara o seu ciclo e não havia como resgatá-la. Por outro lado, foi feito um esforço no sentido de buscar as saídas. De qualquer forma, a Biblioteconomia conhecida morreria. Seria preciso recriá-la. Ou criar uma nova profissão. À antiga profissão não bastava mais apenas uma atualização, mas pedia um perfil profissional que se enquadrasse nos rumos da “sociedade da informação”. A imagem do bibliotecário organizador de acervos, construída durante séculos e estereotipada pela literatura, cinema e até mesmo pela publicidade entrava, definitivamente, na galeria dos precursores. Os novos caminhos não foram uma seqüência do trabalho bibliotecário. Várias ações novas foram detectadas, principalmente no campo da internet e dentro de um fenômeno identificado como globalização. Biblioteconomia e informação, por vezes, pareciam não se relacionar. A informação assumiu um caráter estratégico para povos, corporações e pessoas. E a Biblioteconomia para ter um sentido no campo da informação/comunicação não teve outra alternativa senão tomar novos rumos.

É tarefa difícil desenhar esse novo profissional uma vez que o Brasil e os países pobres de um modo geral vivem múltiplos tempos históricos que se cruzam com várias classes sociais, formando um quadro social complexo e carregado de conflitos. Se por um lado, alguns setores estão atualizados com o Século XXI, tendo à disposição todos os benefícios da tecnologia, por outro, convive-se com altas taxas de analfabetismo e miséria. Todas as profissões deparam-se com esse mesmo quadro, mas para algumas delas a situação é mais complexa. Se a educação é alavanca de mudanças sociais, se o conhecimento é imprescindível para o desenvolvimento, entende-se que os serviços de informação sejam imprescindíveis. A complexidade está em oferecer serviços tão variados quanto a

própria diversidade social.

Mesmo observando-se de modo rápido o quadro sociocultural brasileiro e, dentro dele, particularmente, as bibliotecas e serviço de informação, percebe-se uma heterogeneidade que pede profissionais com habilidades tão diferentes que parecem de profissões distintas. O que um bibliotecário escolar do interior do Brasil tem em comum com o responsável pela informação estratégica de uma empresa multinacional? Se fossem formados profissionais para cada uma dessas situações, por certo existiriam profissionais incapazes de dialogar tal a diferença de objetivos e de ações. No entanto, na prática contemporânea, não é isso que acontece: forma-se um mesmo bacharel em Biblioteconomia, um profissional genérico, para responder a todas as demandas. Provavelmente, a sua atuação tenderá a ser genérica, superficial e pouco reconhecida.

A maioria dos cursos que formam bibliotecários está no âmbito da universidade pública. Ela busca dar respostas às necessidades sociais. E elas são diversificadas, variáveis. É preciso dar respostas competentes para solucionar esses problemas específicos, buscando de todas as formas o desenvolvimento pleno e harmônico da sociedade. Chega-se à conclusão que formar profissionais da informação exige não o bibliotecário polivalente, o *factotum*, esse que sabe de tudo um pouco e é incapaz de ser competente em qualquer campo, mas o profissional com formação específica e preparado para atuar em áreas distintas face a diversidade de públicos e quadros sociais. Sem atender a essa diversificação, sem dar bases teóricas e treinar rotinas diferenciadas, os cursos continuarão formando técnicos mais ou menos abstratos, ignorantes das condições da sociedade onde vivem e das relações que poderiam se estabelecer entre o saber e o

fazer.

5.1 As novas técnicas

As mudanças tecnológicas mencionadas provocaram uma série de abalos na antiga e sólida base de regras e procedimentos manuais da Biblioteconomia. Um deles, pôs por terra uma das bases da profissão: a catalogação e a classificação. Um exemplo: a tiragem de mil exemplares de um livro destinada a esse mesmo número de bibliotecas teria, décadas atrás, de passar pelas mãos de mil bibliotecários ou, pelo menos, de alguém que dominasse as regras de classificação e catalogação suficientes para executar as tarefas. Com o desenvolvimento da rede de comunicação entre computadores, o mesmo livro poderia ser catalogado e classificado em um único local e por uma pessoa. Imediatamente esse trabalho seria compartilhado por 999 outros profissionais. Na relação custo/benefício, não há dúvida que a segunda possibilidade é menos onerosa e mais segura. Isso, sem mencionar que o conteúdo do referido livro poderia estar disponível na rede, rompendo com livro enquanto objeto físico de tantos séculos para ser virtual. Em outras palavras: as chamadas atividades técnicas para estabelecer o assunto do texto, as suas características e o próprio conteúdo, sem nenhuma dificuldade, estariam à disposição dos interessados a partir de centros geradores. A centralização, potencialmente planetária, comprometeu o trabalho local elaborado artesanalmente.

Isso permitiu e facilitou a criação de centros temáticos que trocam ou fornecem informações para públicos específicos. Esses centros, como uma consequência das novas possibilidades tecnológicas, passaram a funcionar conectados, integrados em rede cada um tendo as suas atribuições previamente definidas. A produção de textos novos e de qualidade torna-se o único

desafio, pois a sua distribuição não encontra barreiras: no momento em que é integrado na rede, dentro de determinadas regras, está disponível para todos que tenham a chave para abri-la. Os novos estudos nem chegam a ser impressos no papel: são submetidos aos interessados e, se for necessário, poderão ser impressos em suas casas ou escritórios. Para quem necessita da informação mais precisa, no tempo mais curto possível e com o menor custo não se preocupa se ela é real ou virtual. Certamente, um número cada vez maior de estudos, relatos de pesquisas, deixam de passar pelo processo gráfico, tornando-se disponível apenas na internet.

No campo da informação, pode-se constatar o aumento da velocidade de disseminação, a fragmentação temática, especialização e aprofundamento de abordagem. Só os especialistas poderão dialogar dentro de seus espaços específicos na web, formando comunidades onde todos são iniciados e com a capacidade de compreender e comunicar. A tecnologia que propiciou isso foi criada e aperfeiçoada por engenheiros, físicos; a organização dos instrumentos da informática, quase sempre bancos de dados, ficou por conta de profissionais especialistas em softwares; já o conteúdo é domínio do especialista – ele conhece o assunto e faz uso regular do serviço. Na internet não são necessários os intermediadores, principalmente se o produto está direcionado para os especialistas. Esse é um dos critérios para tornar viáveis os sites: devem ser auto-explicáveis. Se cabia ao bibliotecário a realização de várias tarefas para facilitar aos pesquisadores a obtenção do material de pesquisa necessário a eles, pós-internet o especialista direciona-se para a auto-suficiência.

Os livros, documentos reais, persistirão em acervos públicos e privados mais na perspectiva do prazer bibliófilo pelo do-

cumento, pelo acervo, colecionismo ou pelo aspecto documental, histórico. Há, ainda, no livro a portabilidade e o conforto de leitura que a tecnologia não resolveu. Nestes primeiros anos do Século XXI, o acesso ao conhecimento aponta para a internet como uma possibilidade mais viável. Ela, em alta velocidade, oferece as informações necessárias para o desenvolvimento técnico-científico. Como é avaliada e valorizada do ponto de vista econômico, terá uma importância compatível às possibilidades de gerar lucros. Parte substancial das ciências está montada nessa perspectiva. Os investimentos são feitos como se faz em qualquer negócio, incluindo aí as atividades que tornam os textos acessíveis. Há o mercado da produção de informação, que para ser utilizada pede uma organização, que gerará novos conhecimentos para, finalmente, produzir lucros.

A internet é um fenômeno recentíssimo que gera discussões, produzindo céticos que não acreditam em suas possibilidades como biblioteca doméstica, pessoal; e apocalípticos que profetizam o fim do livro e dos acervos. De qualquer forma, a internet é utilizada por uma faixa mínima da população. Mas se conjectura que os acessos aos sites que oferecem textos para a “pesquisa” dos escolares já ultrapassaram o número de visitas às bibliotecas que atendem à demanda dos estudantes. Este fenômeno, tão visível, sinaliza fortes mudanças e põe em cheque currículos e métodos de ensino dos cursos de Biblioteconomia.

Para a informação restrita a uma área, a internet é um avanço que aniquilou as práticas precedentes. O acesso rápido, preciso e atualizado impôs à ciência uma nova velocidade, levando o texto na internet a uma perecibilidade inédita. As informações na internet tendem a ser descartadas uma vez que a produção de novidades torna

descartável o texto anterior. Os conteúdos disseminados pela rede de computadores são rapidamente substituídos. Se houver um descompasso entre a produção e a disseminação a desatualização e o descrédito serão inevitáveis.

O bibliotecário nessa nova circunstância, para não ser apenas um bibliófilo, deverá assumir novas funções que exigirão, também, novos conhecimentos.

5.2 O generalista em extinção

Nos campos da ciência e da tecnologia nas últimas décadas ocorreram tantas transformações que tabelas tipo CDD ou CDU deveriam ser refeitas várias vezes ao ano para acompanhar as mudanças. A rápida segmentação do conhecimento em áreas específicas – quanto mais se aprofunda mais se especializa – indicava que uma ação correspondente nos serviços de informação deveria ocorrer. A resposta foi a criação de centros especializados de informação conduzidos por profissionais capazes de compreender o universo temático específico. Para o usuário centrado numa especialização mínima conectar-se a um centro que pudesse cobrir integralmente a sua área significou economia, principalmente de tempo. Cada tema passa a ter um vocabulário controlado específico que só tem sentido num serviço especializado e para usuários homogêneos em suas demandas. A condição para esse usuário acompanhar o desenvolvimento de sua área é, dentro da internet, conectar-se ao site que o manterá atualizado diariamente. Como o acesso é relativamente barato graças à eliminação das distâncias, à redução dos custos de armazenamento e à redução drástica de gastos com recursos humanos determinado pela automação, esses serviços de informação foram, aos poucos, integrando-se de tal forma que uns poucos e, no limite

possível, apenas um, seriam capazes de atender à demanda de todos os especialistas em um assunto.

As mudanças ocorrem em dois campos: o tema e o público. A formação do profissional da informação, de um modo geral, permaneceu idêntica para modalidades diferentes de temas e públicos. Assim, por mais estranho que possa parecer, é igual a formação que se dá nos cursos de Biblioteconomia ao que, por exemplo, deseja atuar numa empresa e ao que optou pelo trabalho com crianças. Tanto o tema quanto o público são completamente diferentes. O que diferencia uma área da outra é menos o instrumental técnico e mais, muito mais, o público e o assunto. Durante décadas a formação do bibliotecário preocupou-se unicamente com os graus de complexidade técnica. Para uma biblioteca infantil, seriam utilizados procedimentos técnicos elementares. A partir disso, entendeu-se que o bibliotecário escolar seria um bibliotecário menor quando de fato ele é especializado em crianças. Nessa perspectiva menos vale Dewey do que um estudo de Piaget.

Se a Biblioteconomia for encarada exclusivamente pelo ângulo técnico – e foi isso que aconteceu – basta relacionar todas essas habilidades, do mais elementar livro de tombo até aos mais complexos bancos de dados, da mais simples tabela de classificação a intrincados problemas de terminologia para ter todos os problemas. De posse desse imenso menu de procedimentos, empacotado com o diploma, o futuro bibliotecário estaria plenamente habilitado ao exercício profissional. Nas atividades práticas, para a obtenção de resultados positivos, seria necessário apenas escolher os procedimentos mais adequados sem maiores preocupações com o público e o campo temático do acervo e serviços. O resto seria eliminado da memória por

ser inútil. O aluno de Biblioteconomia, por certo, aprenderia mais do que o necessário para o exercício profissional reduzido à aplicação de procedimentos adequados. São quatro anos de estudos voltados essencialmente a um feixe de operações práticas para situações diversas. No entanto, se o tema e o público fossem considerados significativos para o profissional da informação, os cursos atuais seriam inadequados para formá-lo. Como o assunto e o público são absolutamente necessários para que se faça uma correta arquitetura da informação, o aluno sairia desprovido do imprescindível – como um cirurgião que aprendeu a operar sem conhecer muito bem o paciente e sem ter muita certeza a respeito da doença.

As técnicas são simples instrumentos, necessários, mas insuficientes. Tratando-se de uma atividade em que há um público receptor, é imprescindível que ele seja identificado com clareza e conhecido profundamente para que possa haver, pelo menos, o diálogo essencial. Será impossível existir um trabalho voltado, por exemplo, para a informação na empresa se não existir por parte daquele que se propõe a prestar informações aos que nela trabalham o domínio do assunto – tanto administração de empresa quanto a área específica onde ela atua. E aí surgem duas questões: a primeira, já mencionada, é relativa à autonomia progressiva do usuário. E a segunda é uma constatação: é inviável formar profissionais da informação se ele não souber o que informar. Afinal, ele é o crivo das informações. Por esse motivo, quem está atuando no mercado da informação é o que domina o assunto e não as técnicas polivalentes. Um administrador de empresa que se especializa em informação é o caminho mais curto para a obtenção de bons serviços. Já o bibliotecário sem o conhecimento do campo temático onde atuará, provavelmente, desenvolverá atividades de rotina e subal-

ternas. O resultado desse descompasso entre o profissional que se precisa e o que se tem é o descarte daquilo que se tem, mas que não funciona. Em outras palavras, o bibliotecário tradicional acaba sendo descartado. Ou, pelo menos, não participa das inovações no campo onde ele, antes das profundas mudanças nas últimas décadas do Século XX, exercia domínio.

5.2.1 Informação para a educação

A Biblioteconomia, teimosamente, ficou indivisível, peça única e polivalente: o bacharelado poderia tomar qualquer rumo depois de formado, pois tendo habilitação, estaria hábil para exercer as suas funções. Se isso teve sentido em outros tempos, porque os acervos e o público eram mais homogêneos, no Século XXI não é mais viável.

Uma primeira e óbvia divisão deve ser feita: os serviços para adultos e crianças e adolescentes. Estas, mesmo de classes sociais diferentes, não se mostram tão diferentes umas das outras quanto os adultos. Estes, com o transcorrer dos anos, segmentam-se em grupos bem diferenciados pela escolaridade, nível econômico, profissões, expectativas. Se a escolha for para o público adulto há uma nova divisão: serviços para público heterogêneo – caso da biblioteca pública – e serviço para público homogêneo como, por exemplo, administradores de empresas, cientistas, historiadores, etc.

É, portanto, possível delimitar três áreas distintas e dividir, assim, os currículos para formar profissionais da informação. A primeira é o campo da mediação que deve ser estabelecida entre a informação e os escolares ou, amplamente, as crianças e adolescentes. Essa é uma área abandonada, ainda que fundamental e de importância estratégica para o desenvolvimento da

sociedade. Na memória brasileira ainda está viva as duas décadas de regime militar que priorizou o desenvolvimento científico para garantir uma indústria nacional sem que houvesse um esforço maior para solidificar a base educacional da pirâmide. Em outras palavras, sem um bom ensino de primeiro e segundo graus e boas bibliotecas, não há como produzir cientistas, mesmo que eles disponham de boas bibliotecas.

Do ponto de vista das necessidades técnicas tradicionais, o que se espera desse profissional voltado à educação é o mínimo. No entanto, há pela frente um público que vai exigir muito além da simples localização de um livro. Nesse caso, o profissional tem a sua função ampliada: ele sai de seu cenário e ações típicas e passa a pensar e interagir com o seu público. A pergunta que pode ser feita é se, nesse caso, o profissional não ultrapassa os seus limites e invade a área do professor. Essa dúvida só ocorre quando se entende o ensino fundamentado no discurso do mestre em sala de aula. Se houver a superação da aula expositiva pela busca de outras informações e a descoberta do prazer de achar, quem se responsabiliza pelos acervos passa a ter uma importância superior ao que se convencionou atribuir ao bibliotecário.

Cabe a ele não só atender à demanda, mas principalmente criar a demanda pela leitura. Isso significa que esse profissional exerce funções de educador – o que é muito diferente de um mero organizador de acervos e de empréstimos. Ele trabalha num cenário e com elementos específicos: as informações registradas, seja em que suporte for, pelas quais deve conduzir e seduzir o educando. A atividade dele é partilhada com o professor. É tarefa do mediador de leitura organizar não apenas o acervo, os serviços e o ambiente, mas estabelecer o itinerário pelos infinitos e

conflituosos caminhos do conhecimento. Já ao professor cabe uma outra ação complexa: além dos discursos e exercícios, há o desafio permanente de capacitar o educando de tal forma que ele desenvolva uma reflexão própria, criando o seu próprio discurso. Essa interação entre dois profissionais voltados para a infância e adolescência pode ocorrer a partir de suas especializações. Enquanto um trabalha para organizar acervos, espaços e as navegações prazerosas pelo saber, o outro discute, provoca, introduz a dúvida e exercita o educando à produção de idéias e à aquisição da autonomia de pensar.

Nessa perspectiva, o bibliotecário que atua junto aos escolares está em sua ação integrado ao professor. Como nos países mais pobres o que existe nas escolas é muito pouco além do quadro negro e do giz, o professor é o elemento único, quase sempre incapaz de ir além de transmissor de um pacote de informações limitado – quando chega a isso. São milhares de escolas sem acervos e sem mediadores de leitura. São milhões de crianças que têm a sua potencialidade criativa desenvolvida aquém do possível e desejável, quando não atrofiada. A formação de professores-bibliotecários ou bibliotecários-professores não é necessária apenas para atender a determinado e restrito mercado de trabalho. Essa formação quase inexistentes é necessária como parte fundamental da estratégia de uma nação para o seu desenvolvimento. Criança que só depende do professor e não tem acesso ao mundo do conhecimento amplo e diversificado, cresce se amputando.

Esse vazio só poderá ser preenchido quando as instituições que produzem os profissionais da informação formarem não apenas profissionais habilitados a ocupar esses espaços, mas lideranças que, agindo politicamente na sociedade, possam

contribuir para o seu desenvolvimento. Quando se pergunta por que não existem programas de apoio à leitura nas escolas, a resposta tende a incriminar os administradores públicos, aqueles que vencem as eleições. Há, sempre, um superior culpado. Raramente os cursos de Biblioteconomia e os profissionais se perguntam o que estão fazendo para superar essas deficiências seculares. A informação no processo educacional é desvalorizada no mercado de trabalho e esse passa a ser um critério para desvalorizá-la nos cursos de Biblioteconomia. A superação dessa anomalia que tantos malefícios traz à sociedade deve ser iniciada nos cursos que formam não só profissionais da informação, mas líderes.

5.2.2 Informação pública

O campo da informação pública descortina tantos problemas que se torna o mais complexo e que exige maior atenção. Ele une dois desafios: o público é tão heterogêneo quanto a informação. Quanto maior for a homogeneidade, tanto de público quanto de informação, menos complexas são as ações para informar. Se ambos forem homogêneos, há um grau maior de facilidade para encontrar a informação certa para o usuário certo. No entanto, num outro extremo, se os dois forem heterogêneos, chega-se ao máximo de dificuldade.

O serviço de informação pública deve estar voltado para a cidade, abrangendo toda a sua população, de baixa ou alta renda, com ou sem escolaridade, de todas as faixas etárias. Relacionando-se essas situações umas às outras multiplicam-se as dificuldades para executar ações corretas, eficazes. Isso significa que, de bibliotecas convencionais a centros de cultura e informação, há uma condensação de dificuldades porque deverá atender a criança e o idoso, o analfabeto e o universitário, mem-

bro da classe alta e miseráveis. Sendo público, o serviço estará voltado à população, sempre atento ao objetivo central que é fornecer as informações na hora em que elas se fizerem necessárias.

Essa heterogeneidade aprofunda-se quando se observa a abrangência temática: ela vai de um filme infantil a um tratado erudito de Filosofia, de história em quadrinhos a uma ópera, de um periódico a uma informação de uso imediato. Quando se relacionam essa vastidão temática com a heterogeneidade do público, o quadro torna-se complexo para qualquer profissional. É preciso fazer recortes minuciosos no campo temático e seleção cuidadosa na população para permitir uma perfeita correspondência entre o conhecimento recortado e o perfil de um segmento do público.

Do ponto de vista técnico também a informação pública exige domínio amplo. Mas não para organizar um acervo bibliográfico que isso não é mais um desafio. Os problemas surgem pela multiplicidade de acervos e pela organização informativa que prescinde de acervo. É possível manter uma biblioteca, uma fonoteca e uma videoteca, todas relacionadas, mas é preciso também, dar informações que permitam às pessoas viver em sociedade: direitos e deveres dos cidadãos, organização social, governo, tributos, serviços públicos, etc. Por exemplo: se alguém solicita informações sobre “meio ambiente” é possível indicar livros, revistas, documentários em vídeo, as leis municipais sobre o assunto, as organizações civis e suas ações. Uma parte é o acervo e a outra são as compilações já prontas e atualizadas ou que deverão ser feitas segundo a demanda. Para cada assunto, podem ser levantadas informações de várias fontes. Sendo detectado o nível do solicitante, de um grupo deles ou até de uma área urbana ou rural, os dados que serão oferecidos deverão ser perfeitamente ade-

quadros ao perfil do solicitante ou formatados de acordo com a demanda.

Esse quadro de sensibilidade política e de competência técnica deverá contar com um profissional versátil e plenamente informado a respeito do grupo social onde atua e com conhecimentos básicos das várias áreas do conhecimento. Sem isso será um técnico mecânico encarregado de manter a rotina ou um erudito que não sabe como estender o conhecimento que administra. Essa é a condição básica para o exercício pleno de suas habilidades. De pouco valerá uma organização técnica sem que ela esteja adequada ao público para o qual existe e ao conhecimento que lhe seja necessário. Esse profissional deve ter informação ampla, variada, ter sensibilidade para sentir o meio social e capacidade de perceber os sinais que dele emergem. Se assim não for, existirá o técnico das rotinas e não aquele profissional que se espera, capaz de mudar o meio onde vive.

5.2.3 Informação para especialistas

A terceira área é aquela que se mostrou promissora em termos de mercado de trabalho a partir do desenvolvimento científico-tecnológico, da busca da qualidade e, quase sempre da acirrada competição entre empresas: a informação para um público homogêneo e, geralmente, monotemática, aquela que se restringe a um único assunto, explorando-o em profundidade e mantendo os usuários perfeitamente atualizados a respeito de novas informações geradas em qualquer parte do planeta. Essa área exige um profissional que esteja familiarizado com o tema para que possa conhecer os meandros do campo e o seu universo semântico, bem como dialogar com os seus usuários. O controle da informação para engenheiro que domina a tecnologia para a produção do vidro está a uma distância abissal da mesma atividade

para um ornitólogo, mesmo que o instrumental técnico seja semelhante. Aliás, se for feito um cotejo entre o valor do conhecimento da área e o valor do domínio de técnicas, esta será menos valorada. As técnicas são delineadas de acordo com campo temático. A recuperação da informação é realizada a partir de palavras que encerram conceitos. Se esse universo semântico não for dominado, haverá bloqueio à obtenção das informações desejadas. As palavras portam conceitos e sem o conhecimento deles elas pouco significam. E sem elas não se constrói a “busca”. Além disso, é fundamental valorar a informação. Se o profissional não consegue perceber entre várias informações quais são as mais importantes para o corpo onde atua, provavelmente ele não terá a sua ação valorizada.

Mesmo que a “Biblioteconomia especializada”, como era conhecida, fosse considerada a mais promissora, aquela sobre a qual se depositava as esperanças da necessidade de bibliotecários num mundo de especialistas, principalmente nos campos tecnológicos, isso não se concretizou. Os pesquisadores a partir das duas últimas décadas do Século XX cresceram, paralelamente, em conhecimento e habilidade para localizar informações. Ele desenvolveu-se acessando as informações por conta própria graças às condições dadas pela tecnologia e pelo domínio que teve e tem da área – tanto de seu saber específico, quanto do domínio da informática. A busca de informações efetuada por outros para esse profissional deixou de ser uma necessidade vital. Se antes o bibliotecário, de posse de sua paciência proverbial, passava horas fazendo um levantamento bibliográfico, posteriormente, isso passou a ser feito pelo próprio usuário, visitando sites e trocando informações com os seus pares. A busca é parte integrante de seu conhecimento.

Para esses profissionais, que circulam pela fronteira do conhecimento, os bibliotecários, perdendo a antiga função e não assumindo outras, deixaram de ser estratégicos. Talvez, coubesse a eles a construção de banco de dados e de sites, mas isso implicaria na mesma questão: como construir bancos de dados e sites a respeito de um assunto que se desconhece? Aquela que parecia uma área propícia aos bibliotecários “especializados”, como se dizia, tornou-se pouco fértil porque houve uma fusão entre o conhecimento e a sua busca. Quanto mais se aprofunda num assunto, mais controlável ele se torna.

Com os computadores em rede e acesso sem limites, o volume de informações tornou-se tão grande que pode se tornar inútil para quem não tem tempo suficiente para fazer a garimpagem necessária. Isso, poderia ser realizado por profissionais da informação, ainda que dentro da condição fundamental: conhecer o assunto. Entre mil itens, é necessário escolher os dez mais importantes. Isso só poderá ser feito por quem tem conhecimento do tema. Como não são encontrados bibliotecários químicos, físicos, biólogos, economistas, os próprios acabam administrando a busca e a identificação do que lhe é importante face ao excesso de informação. As chamadas “comunidades virtuais”, comuns na internet, integram especialistas, permitindo a eles a troca de informações constantes. A comunidade planetária de especialistas colabora para que o “caos virtual” seja menos assustador do que foi o “caos bibliográfico” que tanto espantou os bibliotecários de antanho.

Como foi visto, há três grandes direções para a administração das informações. Uma pergunta que pode ser feita é onde ficam nesses três grandes campos os profissionais que atuam na biblioteca universitária. Ela incorpora elementos das três

áreas: é mais especializada do que genérica, mas é preciso que os responsáveis por ela tenham um razoável conhecimento do assunto que se ensina na instituição; o público não é plenamente homogêneo, pois uma unidade pode ter setores diferentes, além da diferença de nível entre um calouro e um doutorando; há uma demanda formal para determinadas leituras, mas é preciso criá-la também. Dessa forma, os serviços de informação para o terceiro grau, exigem uma visão abrangente para atender à demanda ampla das bibliotecas universitárias.

Um novo espaço que se torna visível para os estudantes é a administração de informação para uso das empresas. Esse campo recebe denominações específicas: gestão do conhecimento, conhecimento empresarial e outras. Exige do profissional que deseja nela atuar conhecimento ao menos básico de administração de empresa. Como a informação nesse ambiente é estratégica, o profissional deverá estar habilitado a dar um valor a ela para poder disseminá-la pelos setores específicos ou descartá-la. Isso vai exigir do profissional também um vasto conhecimento do setor onde atua, sempre tendo a Economia como pano de fundo. Esse tipo de atuação profissional é um reforço à idéia da necessidade que tem o profissional de adquirir conhecimentos básicos de uma área temática e dispor sobre ela as ferramentas necessárias para administrar as informações que possam ser significativas.

5.3 Conhecer o público a ser informado

Talvez o grande e persistente erro da Biblioteconomia foi voltar-se para si própria e ficar amarrada ao seu arsenal de normas técnicas sem se preocupar com o “para quem” e o “porque”. Em outras palavras, a serviço de quem estariam todas as habilidades biblioteconômicas? E essa despreo-

cupação não ocorreu só com os usuários – aqueles que usam os serviços – mas em relação ao público como um todo. O antigo bibliotecário nunca se mostrou suficientemente preocupado com as pessoas que procuravam os serviços. E, muito menos, com aquelas que deveriam ser usuárias, mas não eram. Há notícias raras de pesquisas para detectar a satisfação do usuário e, menos ainda, para avaliar as necessidades do público.

Houve uma comprometedor confusão entre objetivos e meios, sendo estes exaltados e alçados à condição do objetivo da Biblioteconomia e aqueles, esquecidos. Essa separação mostrou-se descarnada, perdendo-se no cipoal dos detalhes técnicos aos quais nunca foi possível dar um sentido convincente. Talvez por isso a formação de bibliotecários chegou tão tarde ao ensino superior e tanta controvérsia e desprezo provocou quando isso aconteceu. Os currículos das últimas décadas estiveram, na essência, voltados para o “como” e raramente faziam menção ao usuário e nunca ao público. Os professores pareciam dizer para os seus alunos: “eu ensino as técnicas e, depois, vocês façam as devidas adaptações de acordo com a situação”, sem que se estudassem os prováveis cenários sócio-culturais que os discípulos teriam pela frente. Dos procedimentos, regras, normas até a identificação e compreensão das complexidades da sociedade, de grupos sociais ou das corporações há um longo caminho que o aluno, dificilmente conseguirá percorrer quando estiver atuando profissionalmente.

A dose maciça de técnicas, rotinas e procedimentos inoculados seria a própria definição do profissional a si próprio: sou um técnico. São freqüentes os casos de bibliotecários que, orgulhosos, dizem ser a função deles classificar e catalogar. O resto extrapola a Biblioteconomia, inclusive o

público.

Não é de se estranhar, pois, que a Biblioteconomia enquanto campo da universidade fosse considerada uma área unicamente técnica sem muitos espaços para reflexão e escolhas. Na medida que as normas fossem assimiladas e que alguma teoria subjacente a elas, quando muito, viesse à tona, seria construído o profissional. No entanto, cresce a desconfiança de que o caminho devesse ser exatamente o oposto: a partir do conhecimento das necessidades de informação de um segmento social seria construído o conjunto de conhecimentos e habilidades para encontrar as soluções que ela exige. Primeiro diagnosticar, depois prescrever e ministrar. Em outros termos e na forma interrogativa: o que se deve fazer para que as pessoas possam obter as informações que lhes sejam necessárias para a realização pessoal e o bem estar coletivo? Antes, de responder, é preciso estabelecer com clareza o que essas pessoas querem e o que precisam.

Esse caminho – do social para as técnicas, dos problemas para as respostas – é o mais lógico e aquele que, por certo, daria mais respeitabilidade à profissão. Para que isso ocorresse seria necessário reverter um quadro empedernido em décadas de “filosofia” de menos e normas demais. Em muitas discussões sucedidas nas faculdades de Biblioteconomia, vieram à tona reflexões esclarecedoras: sem as técnicas, o que seria da profissão? De fato, com o perfil da formação tradicional, o resultado seria um vácuo. É exatamente esse espaço que deve ser preenchido. E não, apenas, trocar as técnicas mais velhas pelas mais novas, substituir a máquina de escrever pelo computador. Na visão tradicional e conservadora da profissão se antes era preciso conhecer as regras de catalogação e saber datilografia, agora o desafio é dominar a informática e continuar atento às normas

que, apenas, mudaram de nome. Em suma, permanece o mesmo perfil de formação. E o que se precisa é ir além, corajosamente além e alterar a concepção da formação profissional. E isso se faz de dentro para fora. Da essência para a aparência.

O currículo feito para a pronta aplicabilidade dos instrumentos técnicos não abria espaço para o estudo das demandas sociais da informação. A cada vez que se mencionava esse tecnicismo, as bases da Biblioteconomia tecnicistas sentiam-se ameaçadas como se a profissão estivesse em perigo. A perspectiva que, progressivamente, pode ser detectada com clareza é a necessidade de “humanizar” o profissional, ampliando fortemente os estudos da informação na sociedade, o que ela significa, como interfere na vida cotidiana, como interfere na qualidade de vida, como se situa dentro de uma estratégia de desenvolvimento. O espaço para esses estudos deverá aumentar significativamente. Afinal, a profissão é reconhecida porque atua face a determinadas necessidades. O informador existe em função, sempre, do outro. “A biblioteca para o bibliotecário” não é apenas uma irreverência, mas uma definição precisa do que foi a Biblioteconomia durante décadas.

5.3.1 Criar demanda

A ciência da informação cresceu no espaço que há entre o conhecimento e o público. O profissional ocupa esse espaço que precisa ser preenchido, cria as pontes necessárias entre eles e todas as possibilidades de intermediação. No entanto, a formação do bibliotecário, como foi dito, excluiu o público. Sem essa preocupação, deixa de existir a idéia do mediador. É como se uma loja fosse aberta sem que o dono se preocupasse com a venda dos produtos.

O consumo da informação, notadamente nos países mais pobres, está muito aquém das necessidades. Em outras palavras: o número de usuários poderia ser muito maior. Só freqüentam esses serviços aqueles que: a) sentem necessidade; 2) conseguem se utilizar deles. É a minoria. Quanto mais restrito for o assunto de um centro de informação, real ou virtual, proporcionalmente será maior o interesse do público específico. Não é necessário criar demanda para a informação monotemática, pois os especialistas chegaram a essa condição exatamente porque freqüentaram os serviços de informação, conhecendo muito bem os caminhos de acesso. E de tal forma que andam sozinhos. Já a informação politemática, dirigida a um público heterogêneo, exige um forte trabalho de valorização do conhecimento que poderá ser formado pelos indivíduos como um bem imprescindível para eles.

O exemplo mais claro disso é o serviço de informação pública. Se houver, por parte do profissional da informação, perante o público potencial, uma posição passiva, só vão utilizar os serviços aqueles que forem obrigados a fazê-lo. A maioria passará ao largo. No entanto, essa parte maior também precisa do conhecimento para estar apta a sobreviver na sociedade e desenvolver as suas potencialidades. É nessa situação que se abre frente ao profissional um desafio muito mais complexo do que organizar acervos e dados: como cumprir a sua tarefa básica de fazer chegar informações a quem delas precisa?

Pelos escassos dados disponíveis para os setores públicos, sabe-se que menos de 1% da população freqüenta bibliotecas e serviços conexos pelo menos 10 vezes ao ano. Isso poderia fazer supor que 99% não precisa ampliar a sua área de conhecimento – ou que o faz por meio de outras possibilidades como o rádio, a TV e

outros veículos. Há, pois, uma baixa demanda informacional, mesmo havendo uma altíssima necessidade de ampliá-la.

Como proceder em relação ao público? O que faz um recém-formado ao chegar a uma instituição, a um bairro ou a uma escola? Cuida de organizar o acervo e serviços e fica lá à espera dos clientes? Isso não se aprende na escola, como seria necessário. Foram preparados para o exercício da profissão como se o ato de organizar fosse um fim em si e não um instrumento para facilitar o atendimento de quem já tem o desejo de conhecer. E a maioria que não manifesta o desejo de conhecer? Essa é uma das faces mais esdrúxulas e perversas da velha Biblioteconomia. Pode-se alegar que o papel do bibliotecário é organizar e a sua capacidade organizatória engloba e esgota a profissão. No entanto, pode-se perguntar: se não for o profissional da informação o criador de demanda, quem seria?

Na informação pública criou-se, timidamente, uma área denominada “ação cultural”. Isso, não é uma atividade que se relaciona com a tradicional biblioteca. Ao contrário, é um esforço de ruptura com a atitude passiva de quem abre a loja e espera os compradores. Como os serviços públicos não entram em falência, não causa preocupação se ele tem poucos usuários ou se há qualidade no atendimento. É fundamental transformar o público em usuário. Existe uma anorexia informacional que leva a maioria da sociedade a prescindir de formas alternativas de conhecimento, ficando unicamente com os produtos oferecidos pela mídia. A “ação cultural” pode e deve ser uma forma de ampliar o gosto pelo conhecimento. Dentro dos três verbos inseparáveis dos serviços de informação que optaram pela “ação cultural” como estratégia de criação de demanda informacional – informar, discutir e criar – a Biblioteconomia tradicional

ignorou os dois últimos como se fosse possível alimentar o processo sem existir a integração lógica dos três(2). Em outros termos: desentranhados do social, os bibliotecários ficaram à parte do esforço pela educação e pelo suprimento permanente de informações estratégicas para a sociedade. Nos cursos, conceitos de “educação”, “informação”, “informação estratégica”, “conhecimento” e outros deveriam estar em pauta. Sem o domínio desses conceitos pelos futuros profissionais será difícil entendê-los aptos ao desempenho da tarefa de informar.

5.4 Conhecer a área

A progressiva fragmentação de assuntos, com o conseqüente aprofundamento, pedem profissionais diferenciados em sua formação. E de tal modo que, vez ou outra, aponta-se a pós-graduação como o caminho mais lógico para a habilitá-los ao exercício pleno de suas habilidades. Os estudos feitos após uma graduação seria uma boa proposta se as condições sociais do meio social permitissem. Existem dois obstáculos para a adoção dessa via: primeiramente, não haveria demanda para uma carreira pouco valorizada no mercado que exigisse seis anos ou mais para a sua conclusão. Passaria a existir uma crise imediata de vocação. Além disso, há uma brutal necessidade de profissionais para atender a vários setores da sociedade completamente desguarnecidos de um mínimo de competência profissional para atuar no campo da informação. As escolas, por exemplo. É preciso, pois, aumentar o contingente de recursos humanos adequados para atender a demanda e, principalmente, para criá-la.

A escolha desse caminho, a pós-gra-

(2) Sobre o assunto, ver do autor **A Casa da Invenção**, São Paulo, Ateliê Editorial, 1997.

duação, mesmo inviável, revela a necessidade de um acúmulo de conhecimentos anterior ao saber específico que habilita o profissional da informação. Isso por que ele só poderá informar se conhecer muito bem o espaço temático ou o público específico que escolheu. Esse profissional, transitando entre a mensagem e o receptor – deve conhecer a ambos.

Os cursos de Biblioteconomia procuraram sempre dar uma base humanística genérica como requisito para a formação de um bom bibliotecário. Sobre essa base, assentavam-se as “técnicas”, sem que houvesse diferenciação entre as várias modalidades possíveis de atuação profissional. Essa base quase nada acrescentava uma vez que não conseguia se relacionar com a profissão. Depois da formatura, cada um ia buscar o seu espaço profissional com os instrumentos obtidos, sempre os mesmos, uma espécie de kit capaz de resolver quaisquer problemas, e que deveriam se adaptar às mais diversas situações. O recém-formado, de fato, passava a aprender em pleno exercício de sua atividade profissional. E se, por um acaso, desses tão comuns na vida profissional, coubesse a ele trabalhar num centro de documentação voltada para produção de medicamentos, seria obrigado a captar alguns rudimentos de química, caso contrário ficaria inabilitado para classificar, catalogar e até mesmo dialogar com os usuários.

Uma pergunta poderia ser feita: por que não um físico-informador? Porque quem opta pela Física não tem como objetivo trabalhar em biblioteca. Mas, um informador-físico seria perfeitamente lógico: além de conhecer Física teria o instrumental técnico de informação, tornando-se apto ao exercício de selecionar, organizar e disseminar para o público cujo perfil o profissional também conhece.

Sendo inviável a pós-graduação, sur-

ge um outro caminho: por que não substituir o “básico” pelos fundamentos de alguma área do conhecimento humano? Para quem deseja trabalhar com informação na área das exatas poderá adquirir créditos em Matemática, Física... Quem pretende atuar com informação nos processos educacionais entrará na universidade pela Educação. Qualquer aluno que tenha adquirido um determinado número de créditos em qualquer área do conhecimento humano estaria habilitado a receber os instrumentos necessários ao trabalho de organização da informação. Os fundamentos iniciais do aprendizado do informador, adquiridos no mínimo em dois anos, serão da área que ele deverá conhecer para poder transitar por ela, reconhecendo a sua amplitude e problemas.

Sendo possível essa integração de áreas, qualquer aluno que tenha obtido um determinado número de créditos em qualquer das áreas da universidade, provavelmente 50%, poderá fazer a complementação desejada na área da informação.

6 PROPOSTAS

Os dados acima permitem a síntese abaixo (Figura 1 - Próxima página).

Do ponto de vista das necessidades sociais, as quatro áreas são importantes, sendo a área da Educação a mais delicada e que exige maior atenção. Numa estratégia desenvolvimentista ela é fundamental. Não há como conquistar novos patamares no campo da ciência e da tecnologia sem firmar as bases.

Um novo formato para formar profissionais competentes, críticos, deve ter dois compromissos básicos:

Figura 1

Áreas:	Educação	Pública	Universitária	Especializada
Público:	Grande e delimitado	Grande/heterogêneo	Grande e delimitado	Pequeno/homogêneo
Informação:	Politemática	Politemática	Monotemática rel.	Monotemática
Acesso:	Local e virtual	Local e virtual	Local e virtual	Virtual
Demanda:	Atende e cria	Cria e atende	Atende e cria	Atende
Complexidade:	Alta	Altíssima	Alta	Baixa

1. Compromisso com o meio onde foi implantado. Cada país e até mesmo região têm necessidades específicas que não podem ser ignoradas. Portanto, antes de procurar um perfil para a formação adequada de profissionais da informação é necessário buscar o perfil do que existe e do que precisa que exista. Nesse aspecto, o quadro é precário, pois são raros os estudos sobre os diversos segmentos de atuação profissional. Dados elementares são inexistentes. Dessa forma, torna-se difícil identificar com precisão os problemas e procurar medidas para superá-los. No entanto, as universidades existem em função disso. São elas que diagnosticam e estabelecem as formas de superação. Só depois de se conhecer as características da sociedade como um todo, bem como estudar os vários segmentos com precisão é que se poderá delinear o perfil do profissional para levar as soluções necessárias às partes e ao conjunto. Um curso de alto nível na área da informação deverá delinear políticas de informação.

2. Compromisso com a ciência. Não basta estar atualizado em relação ao que os centros mais desenvolvidos realizam, é preciso produzir conhecimento, descobrindo novas soluções para os problemas identificados.

A aliança desses dois compromissos e as suas relações é necessária, permitindo criar uma instituição de ensino e pes-

quisa que seja uma alavanca efetiva de desenvolvimento social – o objetivo, enfim, de uma instituição pública de ensino superior.

Um aspecto a ser considerado, ainda, é o referente ao número de alunos que se formam anualmente. Se houver uma avaliação das carências e das várias faces do mercado, é possível avaliar não apenas o perfil, mas a quantidade de profissionais. Alguns cursos, em busca da qualidade, têm turmas reduzidas; outros preocupados com a própria sobrevivência recebem um número excessivo de alunos. A quantidade nem sempre implica em baixa qualidade. Os cursos à distância prescindem da presença física e podem formar bem milhares de alunos.

Se, por um lado, o campo da informação oferece, cada vez mais, novas direções a serem exploradas – o que pede um número maior de optativas – por outro lado, há a necessidade social de formar profissionais com o máximo de qualidade e em maior número. A solução de mais vagas em um único turno com a abertura para mais optativas parece ser a escolha mais lógica.

6.1 Dois anos básicos em qualquer área

Por que nunca houve preocupação pelo domínio de uma área do conhecimento antes de estudar as formas de controlar

os dados pertinentes a esse campo? Como foi visto, a antiga Biblioteconomia acreditava que as técnicas disponíveis aplicavam-se da Música à Veterinária, da Matemática à Literatura sem maiores problemas de adaptação. Não importava se o classificador/catalogador desconhecesse a termino

logia e conceitos da área: ele aplicaria as regras e tudo funcionaria bem. Supondo que isso fosse verdadeiro, ainda existiria um outro problema que a antiga Biblioteconomia nunca deu a devida atenção: as complexas relações com o público. Se antes as técnicas ocupavam o maior espaço

Conhecimento de uma área	Técnicas	Conhecimento do público
--------------------------	----------	-------------------------

os novos tempos passaram a exigir a mudança dessa distribuição:

Conhecimento da área e conexas	Técnicas	Conhecimento do público
--------------------------------	----------	-------------------------

As técnicas que eram um fim em si deverão ser reduzidas ao que são: instrumentos. São imprescindíveis, mas não deixam de ser instrumentos para alcançar determinados objetivos. São eles que permitem pôr em prática o que se deseja. Mas é fundamental saber com precisão o que se deseja e para quem.

6.1.1 As opções temáticas

A aquisição de fundamentos de qualquer área do conhecimento humano é, certamente, a opção mais segura para qualquer jovem que esteja entrando na universidade. Ele já sabe se prefere exatas, humanas ou biológicas. Já no segundo grau isso está delineado e ele escolhe a área para a qual mostra maior aptidão. No exame vestibular, volta a fazer escolhas. Aos 18 anos ele, como regra, sabe do que não gosta.

Na universidade, tendo uma base razoável em um campo de sua preferência – dois anos – estará mais seguro do que se tiver pela frente a dispersão que encontra

nos cursos atuais de Biblioteconomia. Se, por exemplo, o aluno tiver uma boa base em História, porque ele gosta de História, estará mais preparado para conhecer as teorias e mecanismos dos processos de gerência de informação histórica, podendo atuar em centros de documentação histórica. Se o gosto for pela Educação, torna-se claro que a opção será por atuar no campo da informação para crianças e adolescentes. Trata-se unicamente de substituir as disciplinas “básicas” por uma efetiva base do conhecimento. As “básicas” na tradicional Biblioteconomia não vão além de generalidades frágeis sobre as quais pouco se pode construir.

Esse modelo só se aplica em universidades onde todas as áreas formam um conjunto e não em faculdades isoladas.

Essa opção pelo campo temático da informação poderá ocorrer em dois momentos:

- Alunos que, de início, optaram pelo campo da informação e se matriculam numa

outra unidade para ter uma base sólida de conhecimentos.

- Alunos que não optaram pela área da informação e, posteriormente, fizeram transferência sem necessidade de novo exame vestibular.

É possível, ainda, em uma nova situação, que o aluno faça disciplinas de ambos os campos, simultaneamente, de preferência tendo tempo integral.

Em outra situação, o aluno que já tiver concluído um curso poderá obter créditos na área da informação com disciplinas complementares, tornando-se, por exemplo, um Educador/Informador. Essa possibilidade seria útil na área educacional. Se o professor já fez os seus quatro anos de Pedagogia, poderá em mais dois anos obter créditos na área da informação. Com isso estaria garantida a formação adequada daqueles que desejam atuar em bibliotecas escolares – uma das deficiências mais trágicas da educação no Brasil.

De qualquer forma, essas novas possibilidades exigem que todos os alunos tenham um professor orientador para compor com ele o conjunto de disciplinas que deverá cursar. Com isso, aproxima-se da idéia dos “cursos moleculares” já em prática no Brasil.

6.2 A segunda etapa

Como foi mencionado, o aluno com a orientação de um professor e conforme as suas disponibilidades poderá compor o seu conjunto de disciplinas para cada semestre. Para os quatro primeiros semestres, necessariamente, serão cursadas disciplinas que darão os fundamentos numa área do conhecimento, aquelas que permitirão ao aluno transitar com facilidade por um campo seja qual for. Entre essa primeira

escolha e a trajetória posterior deverá haver uma coerência. Por certo, dada as incertezas e mobilidade tão próprias nos mais jovens, uma opção inicial poderá não prevalecer. Nesses casos, o itinerário deverá ser refeito pelo orientador. O importante é que o aluno disponha de conhecimentos que o integre num campo, dispondo de vocabulário e conceitos básicos que o formam. O fundamental é que o aluno possa ter à disposição um leque de disciplinas para calçar os seus próprios caminhos – sempre orientado. Ao se graduar ele deverá ter bases sólidas numa área e instrumentos para organizar a informação que lhe digam respeito.

Entre as básicas deverão estar, necessariamente, disciplinas instrumentais como, por exemplo, “Técnicas de Pesquisa”, a ser ministrada a todos que desejarem um bacharelado no campo da gestão da informação. É comum encontrar alunos de Biblioteconomia com profundas dificuldades para fazer um levantamento bibliográfico. A possibilidade de fazer um levantamento bibliográfico e de selecionar as obras mais significativas é prática pouco freqüente – o que num curso de “Ciência da Informação” é alarmante. Um trabalho que exija o conhecimento de diversas áreas não poderá depender, unicamente, das aulas expositivas, mas deverá ir muito além, buscando na bibliografia indicada ou naquela que o próprio aluno constrói, as informações que lhe sejam necessárias. Isso é o que acontecerá na prática quando o formando encontrará situações que exigirão um conhecimento que ele não “aprendeu”. É preciso, pois, expor os alunos a situações práticas e até críticas para que exercite a sua capacidade de resolver problemas a partir do que assimilou e de sua habilidade de encontrar o que não aprendeu. É fundamental, pois, que ele tenha aprendido a buscar.

A partir do quinto semestre, o enfoque maior será para a área técnica: os alunos passam a conhecer todo o corpo de habilidades para organizar informações. No quinto semestre, eles terão acesso às bases da chamada “Ciência da Informação”, disciplinas que os habilitem a manipular conceitos básicos como se constituíssem um dicionário especializado que, além de introduzir a um determinado campo, dá uma visão integrada de todos os verbetes. Essa visão de conjunto permitirá ao aluno perceber com clareza os seus próprios caminhos dentro da área que forma profissionais da informação.

No sexto semestre, a tarefa pedagógica é aprofundar os verbetes, mas direcionando para os campos escolhidos pelos alunos. Exemplos: bancos de dados aplicados à informação pública ou à informação monotemática. Os princípios são os mesmos, mas os alunos desenvolvem os seus trabalhos de acordo com os seus interesses.

6.3 A capacidade de criar

O sétimo semestre será reservado a um trabalho que reúna as disciplinas diretamente relacionadas ao planejamento, à administração de serviços de informação, bem como os vínculos que possam existir entre eles e o público. A elaboração de um projeto prático, escolhido pelo aluno, de acordo com as suas opções, a partir de uma situação real, será a única atividade do semestre. Trata-se de atividade que antecipa dentro da universidade o que o aluno encontrará como desafio profissional. Para isso, não basta apenas conhecer conceitos e regras, mas saber aplicá-las em dadas situações. O uso de bibliografia, como foi dito, não é uma prática tão disseminada quanto parece, deverá ser incrementada ao máximo. De um modo geral, os alunos tendem a ficar presos unicamente aos textos

indicados pelo professor, deixando de buscar outras informações.

Essa atividade de planejamento permitirá ao aluno acionar todos os instrumentos necessários à construção de um serviço de informação, indo do conhecimento do público à avaliação da qualidade. Se ele, por exemplo, se interessar pelo planejamento de um serviço de informação para estudantes universitários e pesquisadores na área de Botânica, deverá, de início, ter um relativo conhecimento da área, possível na dinâmica aqui proposta, configurando-a com clareza, indicando o seu âmbito e limites, as sub-áreas e áreas correlatas. A partir desse diagnóstico, será identificado o público a ser transformado em usuário. As suas expectativas serão registradas por meio de pesquisa para que possa ser detectado o nível de exigência técnica dos serviços.

No caso específico da Botânica, o conhecimento prévio da área, bem como do botânico, é necessário, seja para arquitetar e concretizar um centro de pesquisas, com o seu herbário e a sua biblioteca ou um centro de informações botânicas plugado em sites de Botânica do planeta. A partir do reconhecimento da área – Botânica – e do público – alunos e professores de Botânica de uma instituição universitária – será possível executar o planejamento com segurança, indo da seleção de material, de livros a sites na internet à configuração física do local, mobiliário, sempre com o intuito de oferecer algo que esteja dentro dos padrões de qualidade para aquela situação.

Há inúmeros cenários para o exercício das práticas de informação. Pode ser escolhido um bairro de uma grande cidade ou uma cidade pequena, uma indústria ou uma escola de primeiro grau. O fundamental é que o aluno tenha alguma familiaridade com esse cenário e busque, com o acom-

panhamento de professores, todas as informações necessárias para que ele faça o diagnóstico e dê os caminhos para permitir ao público-alvo a obtenção do conhecimento que lhe seja necessário.

Essa prática levará à elaboração de trabalhos individuais e diferentes uns dos outros, antecipando o que o aluno como profissional fará posteriormente. Essa modalidade de ação, por certo, intensificará no aluno o espírito crítico não apenas desejável, mas necessário, preparando-o para atuar no meio social prevenido e sem fantasias.

6.4 A prova da habilidade

O último semestre terá o objetivo de possibilitar ao aluno duas práticas fundamentais: fazer síntese e analisar o que, ainda, não está suficientemente esclarecido. O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) dá essa possibilidade: enquanto pede ao aluno que avalie o que absorveu em quase quatro anos, estimula-o a dar respostas para questões novas.

De um modo geral, o TCC torna-se um grande desafio para todos aqueles que nunca fizeram o exercício da dúvida. Do primeiro grau à universidade, a prática do ensino, como regra, está fundamentada na capacidade de reprodução e não de criação. Cabe ao aluno, sempre, reproduzir sem maiores preocupações o discurso do professor ou o que está escrito nos livros indicados. A invenção não é estimulada e, em alguns casos, cerceada. Resta ao discente demonstrar que ele conhece o pacote de informação que, determinou-se, ele deve conhecer. As provas têm, exatamente, o objetivo de provar o domínio desse conhecimento. O TCC é a possibilidade que o discente tem de mostrar que é capaz de criar, de pensar com a própria cabeça e ser convincente – porque o profissional deverá ser

capaz disso. Se não o for, a formação foi ruim e o aluno, agora profissional, reproduzirá na prática a incapacidade de criar e mostrar a competência.

No TCC, caberá ao aluno escolher aquilo que lhe pareça instigante e relevante, uma dúvida, algo que não suficientemente esclarecido, e procurar todas as informações que permitam a ele esclarecer a dúvida, sabendo organizar o discurso e demonstrar o domínio do tema que escolheu. O TCC é, de fato, a prova final do curso. Não aquela que averiguará o que reteve, mas o que é capaz de inventar.

Para isso, o aluno terá um total de três semestres para apresentar o seu trabalho. Nesse período será estimulado a conhecer de forma exaustiva a bibliografia pertinente e obter o conhecimento que lhe será importante. Essa capacidade é básica para o profissional. Se ele trabalhará com a informação para os outros, deverá saber muito bem trabalhá-la para si.

Por tudo isso, o TCC não poderá ser uma simples formalidade pré-formatura, mas o comprovante de que está apto a ser um profissional criativo e preparado para dar resposta às demandas informacionais do meio onde atuará. O tempo maior dedicado ao TCC permitirá ao aluno não apresentar à banca avaliadora o que não estiver em condições de ser plenamente aprovado. Ele só faz isso quando se sentir em condições com a flexibilidade que três semestres permite.

Havendo uma exigência maior em relação ao TCC, provavelmente será o melhor exame para permitir ao aluno o ingresso no Mestrado ou ao Doutorado. Os melhores trabalhos qualificariam, automaticamente, os alunos à pós-graduação. Com isso, seria feita uma ligação direta entre a graduação e a pós-graduação.

6.5 Aperfeiçoamento em Arquivística e Museologia.

A “Ciência da Informação” – má denominação herdada do inglês – é tão vasta quanto complexa. Ela foi fragmentada pelas novas tecnologias e pelos perfis sócio-culturais do mundo contemporâneo. Com esses fragmentos é possível compor e recompor novas possibilidades de inserção de instrumentos informativos no meio social. Duas áreas conexas, além de outras insuspeitas no presente e, mais ainda, no futuro são a Arquivística e a Museologia. A necessidade social de ambas, em termos numéricos, não é conhecida, mas não é tão espantosa quanto a do profissional que administra a informação para grupos humanos específicos e dentro de determinados espaços temáticos. Sabe-se que muitos que não receberam a formação específica para administrar centros de informação, museus e arquivos, mas tendo curiosidade e acúmulo de conhecimentos para arquitetar acervos reais ou virtuais e administrá-los, são perfeitamente competentes. Mas, isso é exceção. De um modo geral, os mais competentes profissionais são aqueles que receberam a melhor formação.

Os campos denominados Arquivística e Museologia são mais restritos e, como a Biblioteconomia, mostram faces diferenciadas. Um exemplo: um profissional museólogo sem formação em História terá problemas para atuar em museu histórico. Um discente que deseja trabalhar em museu de arte deveria acrescentar ao seu currículo disciplinas do campo das artes. Dessa diferença entre as áreas, parece que o caminho mais viável para formar um currículo lógico seja criá-lo a partir de optativas.

As indicações aqui feitas procuraram mostrar que o ensino de Biblioteconomia voltado para a organização de bibliotecas, desaparece. Não que as bibliotecas ou os

livros desaparecerão, mas passam a fazer parte de um conjunto e o que interessa é esse conjunto. Poderá haver, ainda, o especialista em, unicamente, organizar um acervo, mas eles serão menos administradores da informação e mais biblioteconomistas, vinculados à bibliofilia. O profissional especialista em achar a informação que se precisa, no tempo mais curto, ao menor custo e com a maior precisão face à necessidade detectada integra uma profissão a ser recriada. Pode ser a Ciência da Informação, Gestão da Informação, Infonomia ou outros termos. Esse profissional será o gerente, o administrador, o gestor, o engenheiro, o arquiteto da informação, o infonomista, etc. Ou, simplesmente, o informador.

A implementação dessas idéias exige não apenas difíceis alterações estruturais, mas alteração no modo como os professores da área encaram a formação do profissional da informação. As mudanças burocráticas podem dar trabalho porque a burocracia é aliada da incompetência e da imobilidade que resultam em conservadorismo. As normas que regem a vida das universidades não são dogmas, mas simplesmente regras que num momento foram aceitas e que, em outro momento, serão necessariamente alteradas. Todo o processo de mudança é movido, essencialmente, pela mudança de mentalidade. Essa é a parte mais difícil

Luís Milanesi

*Professor do Departamento de
Biblioteconomia da Universidade de São
Paulo
e-mail: milanesi@usp.br*

Title

The "informer" formation

Abstract

It presents a sequence of three decade condensed facts still less studied, that demands rethinking the librarian professional performance and that seeks a place for Library Science, even if it is necessary to re-create it. Reflects on the librarian's traditional education and the urgency of forming professionals the society needs and that are prepared to act in different areas according to public's diversity and social circumstances. It points out the necessity the Library Science courses have to accomplish researches related to needs and real demands mapping out permanently the society to detect its lacks of information, its centuries of poverty in all segments, from fundamental education to specialized areas. It proposes a new design to form well-qualified and critical professionals.

Keywords

Library Science Teaching; Librarian Training; Librarian Profile and Performance

Titulo

La formación del informador

Resumen

Presenta una secuencia de hechos condensados, en tres décadas, y todavía poco estudiados que exige el repensar del quehacer

profesional de la Bibliotecología y se procure un sitio para ella, mismo que sea necesario recrearla. Reflige sobre la formación tradicional del bibliotecario y la necesidad de formar profesionales que sean necesarios a la sociedad preparados para actuar en áreas distintas face a diversidad de públicos y cuadros sociales. Apunta para la necesidad de las instituciones formadoras realizaren investigación de las necesidades y de las demandas reales por medio de un constante mapeamento de la sociedad para detectar sus carestías de información, los cuadros seculares de miserias en todos los segmentos, de la educación fundamental a las áreas de especialización. Propone un nuevo formato para formación de profesionales competentes y críticos.

Palabras-clave

Enseñanza de Bibliotecología; Formación del Profesional Bibliotecario; Perfil y Actuación Profesional

Artigo recebido em: 02/05/2002
